

ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e servidores estaduais que acompanham esta sessão na Assembleia Legislativa.

Faço a minha manifestação, hoje, em função de que ontem, por causa da reunião das comissões em conjunto, não foi possível fazê-la.

Gostaria de tratar de um assunto bastante delicado que tem chocado especialmente as mulheres, em função da violência praticada nos

últimos meses neste estado, principalmente na região oeste de Santa Catarina.

Houve um caso no dia 15 de outubro:

(Passa a ler.)

"Uma mulher é morta com seis tiros na tarde de hoje, na Rua Paulo Pasquali, bairro Efapi, Chapecó. De acordo com vizinhos, Nerlei Aparecida Linhares, 42 anos, estava lavando o carro quando um homem que conduzia uma motocicleta fez seis disparos contra ela. Ela morreu no local. O crime foi por volta das 15 horas.[...]"[sic]

O que nos chama a atenção é que esse caso confirma as estatísticas de violência contra a mulher, sendo que a mulher que foi assassinada é vítima de violência doméstica, pois o seu ex-namorado é que foi o autor do crime. Ela foi assassinada na frente dos seus filhos.

No dia 21 de novembro o corpo de uma jovem parcialmente queimado é encontrado em Chapecó. Isso aconteceu do Distrito de Marechal Bormann. Uma jovem com 16 ou 18 anos estava com o rosto desfigurado, possivelmente por pedras, e com partes do corpo queimada.

Esse é mais um caso de assassinato contra uma jovem.

No dia 29 de novembro tivemos o assassinato de uma mulher e da sogra em Saltinho, município próximo a Chapecó também.

(Passa a ler.)

"Giovane da Silva, de 28 anos, e a mãe dela, Arminda da Silva, de 64, foram mortas após João Maria Soares de Paula invadir a casa, na madrugada de terça-feira (26). A PM suspeita que as mulheres tenham sido assassinadas a machadadas, pois os crânios das vitimas estavam afundados, mas a arma não foi encontrada.[...]"[sic]

Por último, também muito chocante, no dia 8 de dezembro, neste último domingo, esta bonita jovem foi estuprada e morta, e o seu corpo foi encontrado às margens da BR-282, próximo ao município de Pinhalzinho. A vítima estava nua e com ferimentos no rosto. Ela foi abusada sexualmente e teve o pescoço quebrado. Esta menina, que olhamos agora, havia passado no

vestibular e nessa noite saiu para comemorar a conquista do vestibular.

Foram quatro casos de mulheres nos meses de outubro, novembro e dezembro que mostram a gravidade do que tem acontecido e como nós temos sido omissos e faltado com ações mais efetivas para combater a violência contra a mulher.

E não são apenas casos isolados. Santa Catarina é o terceiro estado do país com mais casos de estupros. O nosso estado ocupa, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o terceiro lugar no *ranking* nacional.

Quero dizer que, infelizmente, a cidade que nasci e resido, Chapecó, apresenta-se como a primeira em Santa Catarina em homicídio doloso e a primeira em latrocínio. Em segundo lugar está Joinville e em terceiro, Florianópolis. E em latrocínio, que é matar para roubar, em primeiro lugar está Chapecó; em segundo, Florianópolis; e em terceiro, Joinville.

Digo isso porque na semana que passou a nossa ministra de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci, esteve em Florianópolis entregando veículos que vão funcionar dentro da rede de proteção à Lei Maria da Penha. E esteve também tratando com o governador da Casa da Mulher Brasileira, que é um equipamento previsto, inclusive na referida lei, para proteger as mulheres vítimas de violência. Mas, infelizmente, o governador, na sua manifestação, deixou muito a desejar quando disse à ministra que o governo do estado apoia e reconhece.

Ora, não é suficiente apoiar e reconhecer. Nós temos que ter um governo que tenha ações, postura de governante e que chame para si a sua responsabilidade de articular. Eu vejo aqui tantos servidores das Polícias Civil e Militar e penso que o governo tem que ter uma posição. Tem que chamar os órgãos e pensar políticas de combate à violência doméstica, senão nós vamos continuar convivendo com esses indicadores que envergonham Santa Catarina em nível nacional.

Então, quero deixar o meu registro, sr. presidente, e lamentar todas essas ocorrências que

não escolhem o município e que estão distribuídas em todo estado.

Quero falar de outra figura que, infelizmente, não está mais entre nós, mas que merece o nosso reconhecimento, que é o grande líder Nelson Mandela, que foi considerado um dos maiores heróis da luta dos negros pela igualdade de direitos no seu país.

Mandela, para nós compreendermos, no dia 11 de fevereiro de 1990 foi solto de uma prisão depois de ter ficado durante 27 anos preso politicamente. Muitos perguntariam se ele seria raivoso e vingativo com quem o fez um prisioneiro.

(Passa a ler.)

"Livre, teve dois desafios: conduzir com o governo a redação de uma nova Constituição com direitos plenos para todos e convencer os negros a não adotarem uma política de vingança contra os brancos.

Em 1993, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Em 1994, foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul, nas primeiras eleições que permitiram um negro ser presidente do seu país.

Após o fim da carreira política, o ex-presidente sul-africano voltou-se para a causa de diversas organizações sociais e de direitos humanos. Participou de uma campanha de arrecadação de fundos para combater a Aids, doença que hoje atinge um em cada dez sul-africanos e que matou um dos filhos de Mandela.

Em vez de revanchismo, o perdão; em vez de perseguição, a conciliação. Nelson Mandela transformou a África do Sul. Criou uma nação colorida, de todas as cores e raças. Virou o pai da pátria, o libertador de um povo.

Afirmou Mandela: 'Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra. Cultivei o ideal de uma sociedade democrática e livre na qual todas as pessoas vivem juntas em harmonia e com oportunidades iguais. Esse é um ideal pelo qual eu espero viver e alcançar. Mas, se for necessário, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer'.

A presidente Dilma Rousseff afirmou que o exemplo de Mandela inspirou o Brasil e a América do Sul a combater a desigualdade social. Diz ela: 'O governo e o povo brasileiro se inclinam diante da memória de Nelson Mandela. Exemplo que guiará todos aqueles que lutam pela justiça social e pela paz'."

Não podemos esquecer que há outros grandes líderes a exemplo de Mandela, como Martin Luther King Jr., que lutou pelos princípios de liberdade e igualdade e pelos direitos civis nos Estados Unidos; como Mahatma Gandhi, que foi um dos maiores líderes pacifistas da história, levando multidões a conhecer e a praticar o significado da não violência na sua luta pela independência da Índia. Madre Tereza de Calcutá, que dedicou a sua vida aos mais necessitados. E não poderia deixar de falar da atuação do grande líder seringueiro, Chico Mendes, que lutou pelo direito dos povos das florestas e contra o desmatamento da Amazônia.

Quero destacar aqui, em nome de Mandela, *in memoriam*, e de todos que lutam pela paz, justiça e igualdade, que esses princípios continuem nos iluminando e alimentando as nossas vidas.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Hoje é um dia muito importante para esta Casa e para o funcionalismo público estadual. Quero fazer um cumprimento todo especial a todos os servidores que estão aqui presentes, em especial às mulheres da Polícia Militar Feminina que garantiram o seu ingresso na Academia.

Sr. presidente e srs. deputados, estranhei quando entrei aqui, a partir das 12h15, e verifiquei um grande número de policiais militares. Fiquei preocupada porque, de repente, poderia estar acontecendo alguma coisa nesta Casa,

com os policiais fardados vindo para cá, e fiquei questionando. Será que há uma bomba aqui dentro e que não sabemos? Vieram fazer proteção? Mas descobri que não é isso, sr. deputado Padre Pedro Baldissera. Eles vieram acompanhar a votação. Sejam todos muito bem-vindos.

Mas acredito, principalmente, que os soldados da Polícia Militar vieram para acompanhar a votação das emendas que o deputado Sargento Amauri Soares fez ao projeto junto com a bancada do Partido dos Trabalhadores para aprimorar os projetos que aqui se encontram.

Fiquei realmente muito preocupada com um grande número de policiais fardados que se encontram nesta Casa.

Mas quero fazer uma saudação aos outros funcionários que estão aqui acompanhando a votação dos projetos, e vamos fazer destaque de emendas no plenário para melhorar os projetos que aqui estão.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente eu gostaria de registrar a presença do delegado Mauro Dutra, presidente em exercício da Adepol, assim como de todos os colegas delegados de polícia.

A nossa homenagem também ao delegado Renatão, que foi um dos lutadores do projeto, mas que, infelizmente, está hospitalizado e não poderá estar presente neste momento. Mas essas conquistas também são em homenagem a ele.

Aos peritos, uma saudação especial - e estão com um projeto merecido -, assim como aos policiais militares e aos servidores da procuradoria.

Deputada Ana Paula Lima, isso é sinal de segurança e de tranquilidade. Então, isso nos deixa muito feliz. Nós fomos criados com medo da polícia. Os nossos pais diziam: "Comporte-se,

senão vou chamar a polícia". E hoje temos que mudar essa mentalidade e criar as crianças dizendo que onde há bastante policial, deputado, é porque há segurança e não porque há problema.

Então, deputada, era este o registro que eu queria fazer, sem querer contradizer v.exa., que é uma grande lutadora desta Casa.

Saúdo todos os colegas policiais civis e militares, os servidores do Instituto Geral de Perícia, do Iprev, e da Procuradoria Geral que estão presentes neste dia histórico por determinação do governador Raimundo Colombo e de todo o grupo de governo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É claro que todos queremos polícia. E o estado de Santa Catarina está pedindo até o aumento de efetivo, porque está vivendo um estado de insegurança. Mas acredito que esta Casa, hoje, não teria problemas de insegurança. Hoje aqui vamos votar projetos para melhorar a vida de todos os servidores da Polícia Militar, da Polícia Civil, do IGP, do Iprev e dos delegados.

O que me causou estranheza é eles virem fardados para esse evento. É somente isso. Mas sejam todos muito bem-vindos!

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que está presente neste plenário, nesta tarde de quarta-feira, hoje é um dia muito importante deste Poder Legislativo neste ano de 2013, com a presença do conjunto de servidores

públicos e, se me permitem os policiais militares e bombeiros militares presentes, quero cumprimentar todos.

Para entrar na discussão entre o deputado Maurício Eskudlark e a deputada Ana Paula Lima, quero dizer que v.exa., deputada Ana Paula Lima, imaginou que poderia haver alguma bomba pronta para explodir dentro deste Poder, mas no sentido figurado, deputada Ana Paula Lima, nós podemos dizer que há, sim, um conjunto razoável de bombas prontas para explodir na tarde de hoje aqui. E, inclusive, explodirem no futuro dentro das instituições de segurança, até nas militares. Mas os debates dos projetos nós faremos na Ordem do Dia, a partir das 16h.

Quero me reportar a outros assuntos, e que não fazendo hoje possivelmente não conseguiria fazê-lo ainda este ano, em virtude que estamos na penúltima semana legislativa e depois teremos o recesso.

Nós tivemos rejeitado, na manhã de ontem, na comissão de Constituição e Justiça, um projeto de lei de nossa autoria que buscava autorizar a deflação da escala de serviço dos servidores públicos estaduais que frequentam curso de ensino médio, ensino superior e pós-graduação.

Faz sete anos que estamos neste Poder e faz sete anos que estamos tentando aprovar um projeto nesse sentido e não temos conseguido. E imaginamos onde reside a resistência. Queremos falar disso porque não estamos falando em momento algum, e diferente do que foi argumentado, ontem, na comissão de Constituição e Justiça pelo deputado relator, que optou pela rejeição, que este projeto visa que o servidor que quiser estudar não precisa trabalhar. Em momento algum está escrito isto neste projeto ou em qualquer outro. Em momento algum este projeto pretende reduzir a jornada de trabalho de qualquer servidor. Até pelo contrário, o que se pretende é que o servidor, especialmente da área de Segurança Pública, policial e bombeiro, que trabalha em regime de escala 24 horas por dia, durante 365 dias por ano, possa ter a sua escala flexibilizada para que esteja de serviço em

horário que não coincida com o seu horário de aula. É apenas isto! E isso, inclusive, favorece a eficiência do serviço público de segurança.

Qual é a prática hoje? A maioria dos comandantes libera durante as jornadas de trabalho. Algumas vezes nem cobram contrapartida posterior. Mas algumas vezes escala-se justamente no horário em que o servidor teria aula. E é importante se ver aqui autoridades policiais e bombeiros militares que falam que isto é coisa do passado, que não acontece mais. Não é verdade! Recentemente, tivemos companheiros policiais pedindo baixa, indo embora da instituição, porque o comandante do pelotão o escalou todos os dias exatamente no horário em que tinha aulas na faculdade.

Então, isso acontece ainda no século XXI. Eu, pessoalmente, não posso reclamar, porque fiz o curso superior inteiro tendo a possibilidade de estudar e pagar a jornada de trabalho. Aliás, além da jornada, são 24h por 48h em outro horário. Mas vamos continuar debatendo esse assunto no ano que vem.

Quero fazer referência aos episódios lamentáveis de violência no jogo entre Atlético Paranaense e Vasco da Gama, na Arena Joinville, aqui em Santa Catarina, no último domingo.

A não-presença da Polícia Militar no estádio foi um erro. Aliás, isso serve para refletirmos.

Temos debatido que as instituições de segurança não podem continuar recuando do seu dever. Recua-se do sistema prisional e agora se pretende recuar dos estádios de futebol. E o que avalio com essa polêmica entre o Ministério Público e a Polícia Militar? Avalio que deve haver uma contrapartida à presença das instituições de Segurança Pública, especificamente da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, nos estádios de futebol, porque é uma necessidade para a segurança das pessoas. A maioria da população brasileira aprecia futebol e vai ao estádio. Não pode haver essa omissão por ser um evento particular. Aliás, as nossas instituições estão em muitos lugares onde não deveriam estar por interesses econômicos,

políticos e, portanto, precisam continuar indo a um estádio de futebol.

Isso serve também para fazer a reflexão com aqueles setores da sociedade que acham que a Polícia Militar é sinônimo de violência. Dizem que a polícia estava lá e que jogaram gás, que a Polícia Militar estava lá e usou a munição não letal, baletão de borracha, e acertou a perna de alguém.

No último domingo, em Joinville, ficou bastante exposto para a sociedade inteira o que pode acontecer em termos de violência na ausência da Polícia Militar. Na última rodada do Campeonato Brasileiro do ano anterior à realização da Copa do Mundo neste país ocorre um episódio que resulta numa propaganda negativa do nosso futebol, do nosso estado e do nosso país. Mas serve para que a sociedade inteira reflita que a presença e a necessidade da Polícia Militar são justamente porque ela cumpre uma função civilizatória, humanizadora, mesmo que tenha que usar de mecanismos de força. Com a ausência da Polícia Militar em grandes concentrações humanas no Brasil, e inclusive em estádios de futebol, fica provado, mais uma vez, infelizmente, aprendendo pela dor, que a sociedade não pode prescindir.

O Sr. deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Parabênizo v.exa. pelo pronunciamento.

Veja que se houvesse dez policiais militares entre aquelas duas torcidas, nós não teríamos tido problemas, porque haveria o respeito e saberiam que se houvesse excessos viria reforço.

Então, essa ideia de colocar segurança privada não dá certo, porque no nosso país, infelizmente, a questão da educação ainda está deixando a desejar. A presença da Polícia Militar impõe respeito e, com certeza, é necessária nesses grandes eventos e teria evitado todo aquele problema ocorrido em Joinville.

Parabéns pelo pronunciamento de v.exa!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado! Acolho o pronunciamento de v.exa. com respeito e consideração.

Quero também abordar outro tema, que é a morte de Nelson Mandela, pois não poderia deixar de fazer essa referência. A morte de Nelson Mandela foi uma perda bastante significativa para a humanidade em termos de generosidade. Ele era uma pessoa muito acima da média, uma pessoa capaz de grande exemplo de força, luta e desprendimento em favor do outro.

Tenho ouvido vários comentários sobre Nelson Mandela e são justos os elogios e as homenagens. Mas queria fazer apenas mais um comentário: o *apartheid* não nasceu apenas de uma minoria branca na África do Sul, havia apoiadores internacionais importantes.

Então, quanto às homenagens que foram feitas a Nelson Mandela, todas justas, é preciso dizer ainda que a África do Sul do *apartheid* era um protetorado da Inglaterra. E tudo que aconteceu durante aquele longo período tinha as bênçãos, inclusive, dos primeiros-ministros e das rainhas, que tanto são aplaudidas, e dos monopólios privados ingleses que, inclusive, usaram a África do Sul do *apartheid* contra os outros povos africanos na sua luta pela independência e pela libertação.

Portanto, isto precisa ser observado: os brancos poderosos e pretensamente muito civilizados do mundo protegeram e garantiram o *apartheid* durante décadas na África do Sul, com o apoio integral da Grã Bretanha, da Inglaterra e com o silêncio cúmplice, é preciso dizer, dos Estados Unidos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar todos os presentes e apresentar aqui a camiseta dos policiais civis, que pedem socorro também na

questão dos seus salários e no atendimento das suas reivindicações.

Eu vou também abordar o episódio de Joinville, mas quero perguntar quem é o cidadão responsável efetivamente pelo que aconteceu no estádio em Joinville, deputados Sargento Amauri Soares e Maurício Eskudlark?

Mas depois, deputado Jorge Teixeira, vou me pronunciar, no horário do partido, sobre o projeto de lei que trata sobre os recursos de sobra dos Poderes para a saúde, porque o colono falava que saúde estava em primeiro lugar. Então, se produziu hoje a construção de um acordo, e depois vou falar sobre isso.

Mas quero abordar a questão específica de Joinville porque isso teve um custo para o estado de Santa Catarina inimaginável, deputado Edison Andrino. Santa Catarina esteve em todos os jornais internacionais e, inclusive, apareceu na Globo, que mostrou em que cidade e em que estado aconteceu essa vergonha nacional do episódio da violência, de brigas entre torcidas por falta de segurança.

Eu estou dizendo isso porque quero perguntar: quanto custa um minuto de propaganda na televisão? Quanto custa uma semana inteira na mídia brasileira e internacional expondo o nosso estado, que é um belo estado, em decorrência da postura de um cidadão que não se está nominando?

Se observarmos a notícia de ontem, e eu iria me pronunciar sobre isso, leremos o seguinte: "Segurança em estádio vira debate após briga. Ministério Público sustenta que futebol é evento privado e não deve ter policiamento interno."

Apareceu no *Jornal Nacional*, da Globo, o promotor de gravatina borboleta que produziu, em tese, vamos dizer, a proibição da segurança pública naquele evento. O comandante da Polícia Militar, como todo mundo treme as pernas quando se fala em Ministério Público, lendo o conteúdo botou 140 ou 170 policiais do lado de fora do campo, e no horário de jogo não havia mais ninguém para cuidar não sei de que segurança. E o Ministério Público diz aqui que o futebol lá era um evento

privado. Esse promotor, que se chama Francisco de Paula Fernandes Neto e apareceu na Globo, desconhece a Lei Pelé e o Estatuto do Torcedor.

A Lei Pelé, que é a lei que designa a questão dos esportes, diz que o futebol integra o patrimônio cultural brasileiro, tendo em vista o que isso representa na cultura do povo brasileiro, deputado Edison Andrino. Então, futebol é patrimônio cultural da nação.

Quando entramos no que diz o Estatuto do Torcedor, na Lei n. 10.673, de 2003, o dr. Francisco de Paula Fernandes Neto, promotor de Joinville, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 1º - A prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público" [...].[sic] Isso está no Estatuto do Torcedor.

A polícia, dentro do campo, nada mais era do que prevenção, porque contratar seguranças privados que não têm fardamento numa situação dessas não impõe respeito, que lá um policial e um cachorro seriam suficientes. E com isso vimos imagens pelo país inteiro, na *internet* e mundialmente. Pelo que eu soube, a própria presidenta Dilma Rousseff ligou para o governador Raimundo Colombo para perguntar o que estava acontecendo.

E quando dizemos que sobra dinheiro nesses Poderes, aqui vai quanto ganhou de salário, de setembro a outubro do ano passado, esse promotor chamado Francisco de Paula Fernandes Neto: R\$ 570.697,00. E recebeu R\$ 300.459,00 de extrasalário para produzir essa vergonha do estado catarinense com a postura que adota.

Dizemos isso porque temos que corrigir as insanidades, inclusive a insanidade de muitos promotores que acham que são proprietários de todas as leis neste estado e país.

Quem vai responder, agora, pelo prejuízo econômico do estado catarinense com essa matéria negativa, que diz que no Brasil, a menos de um ano das eleições, e em Santa Catarina existe isso?

E para piorar ainda me disseram que esse promotor agora pediu a interdição do estádio, como

se ele tivesse alguma culpa com a briga, querendo se desresponsabilizar de sua atuação.

Esse cidadão tem que ser chamado para a sua responsabilidade. Eu vou pedir que os meus advogados dêem uma analisada para ver se no Conselho Nacional de Justiça e no Ministério Público, onde ele tem que responder... Primeiro, porque ganha demais para fazer o que faz de menos; segundo, pela postura que teve; e, terceiro, porque não está querendo assumir a sua responsabilidade agora, dizendo que a culpa é da Polícia Militar, enquanto que a Polícia Militar não tem responsabilidade nenhuma com isso. O comandante apenas fez o que estava lá... Porque quando, às vezes, querem co-responsabilizar o comandante, é importante dizer que se o comandante não cumprisse, mesmo que não houvesse tido nada, o promotor automaticamente abriria uma ação.

Quem iria pagar o advogado do comandante? O estado não dispõe de advogados para atender aos seus numa circunstância dessas. O comandante iria ter que tirar dinheiro do bolso para se defender.

Quanto tempo ficaria isso e quanto mais custaria isso com um processo parado aos montes, no entanto ocasionando um problema para o comandante, para a sua direção e para os seus familiares, pela tensão que gera um processo que, inclusive, pode levar a processos disciplinares posteriormente?

Então, faço esse registro primeiro para pedir que todos os promotores leiam a Lei Pelé, já que no ano que vem vamos ter a Copa, e entendam o que diz essa lei para não se ter mais bobagem.

Segundo, esse cidadão merece desculpas públicas.

Depois vamos ocupar o horário do partido para falar do projeto de lei que aqui apresentamos, que a Frente Parlamentar dos Hospitais assumiu conosco, que a imprensa divulgou e que a sociedade tomou uma posição.

Quero agradecer, pessoalmente, ao deputado Jorge Teixeira; ao deputado José Milton Scheffer; à Associação dos Hospitais de Santa Catarina, que se envolveu; ao deputado Darci de Matos, que

cumpriu com o seu papel e produziu, com a sua postura, o avanço. E também agradeço ao nosso presidente, deputado Joares Ponticelli, que conseguiu protagonizar uma reunião entre os Poderes para discutir o que vai acontecer com os recursos que estão sendo devolvidos. Nós esperamos que o governador tenha a compreensão de que esse debate somente se produziu por conta de uma causa nobre, que era a de investimentos na Saúde. E era assim que ele dizia na sua plataforma de governo: saúde em primeiro lugar, mas até agora ela não tem sido. E o nosso objetivo é de que ela realmente se transforme, no seu governo, na prioridade número um. E vamos continuar trilhando para isso!

É importante saber que o deputado Joares Ponticelli nos chamou e relatou, juntamente com os deputados Darci de Matos e José Milton Scheffer, o encaminhamento da reunião, e que depois vou abordar no horário do partido.

E fica aqui a minha solidariedade aos policiais civis, que pedem socorro!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Passaremos ao horários reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e deputado Antônio Aguiar, venho à tribuna no dia de hoje para falar sobre os nossos aposentados do Brasil, e não somente de Santa Catarina.

Primeiro, quero dizer que, em geral, paga-se a contribuição previdenciária por um valor, ou seja, pelo teto. E quando o cidadão se aposenta já ocorre uma retração enorme, ou seja, diminui um percentual bem elevado.

No decorrer dos anos só vai diminuindo essa remuneração da aposentadoria, porque o aposentado não tem, além da inflação, qualquer aumento real. Na grande maioria, quando há o reajuste do salário mínimo, sempre tem sido acima da inflação, mas o

do aposentado é num percentual menor. Portanto, a cada ano já há uma diferença nesses percentuais que se dá ao salário mínimo e não se dá aos aposentados, a não ser àqueles que estão no salário mínimo.

Então, o que se paga no decorrer do tempo vai-se perdendo, ou seja, vai diminuindo o valor que o aposentado pagou por 35 anos, 30 anos ou mais, dependendo de cada um.

Portanto, há esse problema que é muito sério para o nosso aposentado no Brasil.

Outra questão que há muito tempo vem-se questionando, vem-se reivindicando e, infelizmente, até hoje não tivemos êxito, é quando a pessoa se aposenta, está em plenas condições de atividade física e mental e volta a trabalhar. Além de trabalhar, volta a pagar novamente a contribuição previdenciária. Quando esse aposentado resolve definitivamente encerrar as suas atividades, não pode sequer receber aquilo que contribuiu após a aposentadoria.

Entende-se, e é verdadeiro, que a pessoa paga por um determinado período, vamos utilizar 35 anos de contribuição, para ter o direito à aposentadoria. É evidente que se ela pagou 35 anos, foi para receber a aposentadoria efetivada a partir de então. E obviamente que a partir daquele momento, se ela voltar a contribuir, ou acrescenta-se na remuneração existente, após o período, ou deveria ter o direito de receber de volta, no mínimo corrigido, quando efetivamente parar de trabalhar.

Como já aconteceu alguns anos atrás em que o trabalhador que se aposentava voltava a trabalhar, e quando resolvesse parar recebia de volta em forma de pecúlio. Entrava-se com requerimento junto ao INSS e esta pessoa recebia de volta. Infelizmente, hoje isso não acontece mais.

Na minha avaliação, isso é injusto, primeiro porque essas aposentadorias não são corrigidas de acordo com o que se aumenta, o que se repõe no salário mínimo, sempre havendo essa diferença. Ou seja, aquele que ganhava três salários mínimos

quando se aposentou, dez anos depois está com um salário e meio.

Na verdade, há muitos aposentados que se aposentaram acima do mínimo, e hoje já estão com um salário mínimo como remuneração.

Além disso, outro fator, e que na minha avaliação é muito grave, é que a pessoa quando volta a trabalhar recolhe a sua contribuição aos Cofres Públicos, e não pode restituir quando para definitivamente de trabalhar.

Não recebe nem acrescenta à aposentadoria, e nem pode receber de volta aquilo que pagou além do que deveria ter pago, ou melhor, daquilo que já pagou, que era dever de pagar, e por conta disso aposentou-se, mas depois, definitivamente, quando cessa o seu trabalho, não pode receber mais.

Espero que o nosso governo federal juntamente com o Congresso possa regulamentar, fazer uma lei para que não caia lá no Supremo, e aí, mais uma vez, nós vamos ter a resposta não.

Espero que os nossos aposentados sejam reconhecidos pela sua contribuição que à Previdência.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, colegas servidores e demais pessoas que nos acompanham no plenário da Assembleia Legislativa.

Não poderia deixar, neste momento, de fazer uma reflexão e um agradecimento ao governador Raimundo Colombo; ao secretário Antônio Gavazzoni; à equipe da secretaria da Administração e ao secretário Derly Massaud de Anunciação; ao Dércio Vargas, auditor interno, que foi um dos que estiveram presentes nessas negociações salariais;

enfim, a todas aquelas lideranças que se empenharam na busca de uma solução para as categorias funcionais do nosso estado.

Tivemos grandes avanços e talvez nem todas as categorias atingiram aquilo que era esperado. Mas houve disposição do governador Raimundo Colombo, houve vontade e busca de solução por parte do secretário Antônio Gavazzoni em atender as categorias e atender o IGP - Instituto Geral de Perícias -, que faz um relevante serviço à sociedade catarinense. A Justiça do nosso estado, que tem uma importância muito grande, soube aguardar, negociar, conversar com o governo sobre um projeto, senão o ideal, mas o mais próximo e ideal do que buscavam no momento.

Então, queremos deixar a nossa saudação ao presidente da Associação dos Peritos, que comemorou a sua reunião anual no último dia 6 de dezembro - e não pude estar presente, mas agradeço pelo convite; ao Rodrigo Tasso e a toda equipe do IGP; e aos delegados de polícia, através do nosso colega que hoje, infelizmente, está hospitalizado, o delegado Renato Hendges, um brucutu, como dizem, mas um idealista, um sonhador, uma pessoa que acreditou e que em várias assembleias deu a sua palavra, falou do compromisso junto com o governo e foi em busca do que os seus colegas, os policiais, almejavam.

Portanto, nem sempre tudo que queremos é possível naquele momento, e temos que ter credibilidade, temos que conversar e ter respeito para conseguir chegar ao objetivo comum.

Também ocorreu isso com a Acors, a Associação de Oficiais Militares de Santa Catarina, que estive junto com todos os oficiais. Ontem vi aqui vários ex-comandantes da Polícia Militar, inclusive na votação do teto, que é uma questão de justiça, pois quando uma pessoa alcança um tempo de serviço pela sua qualificação, pelo seu aprimoramento profissional, acaba tendo o seu salário cortado pelo teto. Mas agora se fez justiça.

É claro que queremos que o piso sempre seja elevado, e a partir do momento em que o governo

consegue pagar o teto para aqueles que, pela legislação, dizem ter direito, vai buscar o que resta, encaminhar e cada vez mais elevar o piso das demais categorias profissionais.

E isso vai acontecer. A Aprasc participou das negociações, dos debates. A vontade de todos é de ter o subsídio já que o policial, ao chegar ao final de carreira, ao invés de se sentir prestigiado, de se sentir atendido, de ter segurança para a sua aposentadoria, perde quase 40% da sua remuneração. Um pouco menos na Polícia Militar, porque o policial tem as promoções automáticas quando chega ao final de carreira. Mas o policial civil e o delegado não as têm e com isso eles têm grandes perdas.

Eu estive durante 31 anos na Polícia Civil, desde 1981, e sabia dessa angústia, desse sofrimento de todos esses policiais. E com as leis que serão aprovadas hoje aqui vamos finalmente chegar a esse benefício em que o profissional vai saber que se aposenta e leva para a aposentadoria aquilo que estava recebendo no seu tempo de atividade.

Então, é uma conquista importante, e quem não conhece o problema pode não saber disso. Eu conversei nesta semana com vários policiais com 33 anos de serviço que recebem um salário de R\$ 5 mil, e que se fossem se aposentar perderiam hora/extra e adicional noturno e iam ficar recebendo em torno de R\$ 3 mil. Mas, com o novo projeto, vão receber R\$ 7 mil.

Portanto, o policial que ganha R\$ 5 mil, na aposentadoria passará a ganhar R\$ 3 mil. Isso é um absurdo, pois aí vemos um policial aposentado em depressão, querendo voltar para atividade, buscando outra atividade e, muitas vezes, ficando doente ou passando esse sofrimento para a sua família.

Uma policial de Criciúma com 33 anos de serviço estava aqui na Casa ganhando R\$ 7 mil. E se pedisse a aposentadoria o seu salário passava para menos de R\$ 5 mil. Pelo novo projeto passará de R\$ 10 mil o salário de aposentadoria. Nós queríamos isso para todas as categorias, e citamos

o exemplo aqui da iniciativa privada, onde a situação é bem mais complicada: um gerente de banco com 35 anos de serviço hoje recebe uma aposentadoria de R\$ 2.800,00.

Para o policial nós conseguimos, em 2006, quando estivemos aqui na Casa, e junto ao governador Luiz Henrique da Silveira, aprovar a aposentadoria especial com 30 anos de serviço. Isso já foi um avanço, porque o policial que lida no seu dia a dia com agressões de todas as espécies fica estressado. E principalmente o policial militar que atende ocorrências na hora, porque normalmente o marginal que na frente do juiz somente diz "sim senhor" é aquele que na ocorrência está armado, não quer se entregar, enfrenta e quer agredir as pessoas.

Então, por isso que a defendemos e foi uma conquista a aposentadoria especial para todos os policiais. Nós estávamos no regime único de aposentadoria do Brasil e era preciso somar a idade e o tempo de contribuição para a aposentadoria. Mas, hoje, pelo menos temos uma legislação que nos protege.

Há a questão dos policiais civis também, que com a implementação desse projeto partem de um salário inicial de R\$ 4.520,00 com possibilidade de se aposentar ao final da carreira com R\$ 13 mil, metade de um salário de um delegado especial.

Esse projeto tem que ser aprimorado em alguns pontos, principalmente quem está na base dos 20 anos de serviço e não tem as promoções do nível quatro, cinco ou seis. Isso foi discutido, inclusive em gabinete, com essa equipe do governo para que tenhamos ou a promoção automática, completando 3 anos, 5 anos... Enfim, que seja construída uma expectativa de que o policial entre no início da carreira e aposente-se no final dela. Que ele não fique com as promoções enterradas e acabe se aposentando ainda sem ter recebido todas as promoções às quais tinha direito.

Este é um momento em que a sociedade clama por segurança; em que lutamos para ajudar no ingresso das mulheres aprovadas no concurso da polícia; em que o governador Raimundo Colombo autorizou uma

academia de mil novos policiais militares; em que houve mais um concurso autorizado para mais 500 policiais militares; em que a Polícia Civil preparou e vai lançar nos próximos dias mais de 500 policiais, que é o número de vagas abertas no quadro.

Neste momento, o governo demonstra preocupação em adquirir equipamentos, viaturas, tecnologia, câmaras de monitoramento e, principalmente, investe no melhor equipamento de segurança pública, que é o ser humano, valorizando o policial com o reconhecimento, a possibilidade de promoções e a retribuição salarial. Isso é prova de que temos um governo que está investindo e cada vez mais vai melhorar a qualidade de vida do povo catarinense. Fico muito feliz pelos avanços que tivemos.

Talvez não tenha sido o ideal, mas nunca será o ideal. O ser humano sempre vai querer mais. Nós queremos mais qualidade no serviço que prestamos e mais qualidade de vida para o nosso agente de segurança. Mas é importante valorizar o agente de segurança, o ser humano. O policial é a última barreira antes do caos social. O marginal não tem medo da sentença, da condenação, mas ele ainda respeita o policial que vai cumprir a lei.

Quando desacreditar nos policiais, nos agentes de segurança, a sociedade vai estar no caos. Hoje o marginal apenas respeita a sociedade porque respeita a polícia. Ele não respeita a denúncia, a condenação.

Então, os projetos são importantes para todos os servidores da Saúde, da Educação, da procuradoria e do Iprev. E reputo como muito importante, porque o governo Raimundo Colombo, com esse projeto, e esta Casa, com a aprovação, estão valorizando o servidor da segurança pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero saudar todos os servidores do Executivo que se encontram nesta Casa.

Dissemos que no horário partido abordaríamos o projeto de lei que nós propusemos aqui nesta Casa, deputado José Milton Scheffer. E eu já lhe agradei no meu outro pronunciamento pela luta, e que nós temos que continuar tendo no estado de Santa Catarina, por melhorias na questão da Saúde.

O projeto de lei que fizemos foi com o intuito de reduzir o percentual dos Poderes: Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Assembleia, levando para os valores percentuais de 2012, que já é um valor significativo, porque é importante ressaltar que essas quatro instituições sozinhas têm quase 20% do Orçamento do estado.

Somente para exemplificar, enquanto o Ministério Público tem 3.9% do Orçamento agora em 2013, a Polícia Civil inteira tem 0.8% do Orçamento do estado. No entanto, com o conjunto efetivo infinitamente superior e infinitamente menos valorizado do que são nos demais Poderes, no que se refere aos valores de remuneração, níveis previdenciários, penduricalhos em salários como aqui disse várias vezes.

O nosso projeto era muito claro. A diferença desse percentual de 2013 para 2012 permitiria que em 2013, se esse fundo existisse, tivéssemos R\$ 329 milhões para aplicar em saúde nos hospitais.

É importante ressaltar que o governo Raimundo Colombo, neste ano de 2013, não investirá R\$ 100 milhões nos hospitais públicos de Santa Catarina. Capacidade de investimento, eu diria. E sendo que para os hospitais filantrópicos serviriam para investimentos e também para custeio.

Hoje, ao produzir-se uma reunião entre os Poderes, consensuou-se de o estado mandar em 2014 para cá um projeto para adequar as planilhas de cada Poder. Mas um passo importante foi dado na medida em que todos se comprometeram a devolver recurso já este ano. Fato inimaginável até então,

quando jamais eles se propunham a discutir sobre essa questão.

Quero cumprimentar o secretário César Grubba, que visita esta Casa. Seja bem-vindo ao Parlamento!

Gostaria de dizer que temos que continuar fazendo o debate esperando que o governador, sensibilizado, pegue esses recursos e, efetivamente, os coloque na Saúde para atendimento da demanda dos hospitais catarinenses.

Esse é um debate que o governo não ousou fazer, não ousou enfrentar, e que nós aqui puxamos com conteúdo, com estudo e com muito trabalho. Foram muitas noites de sono sem dormir para aprofundar isso.

Esta Assembleia tem um conjunto de profissionais da saúde. Eu sou médico, assim como outros deputados aqui, e por isso que é importante continuarmos fazendo esse debate esperando que o governo tenha a sensibilidade de transformar isso numa pauta efetiva, que é o que estava no seu programa de governo: saúde em primeiro lugar.

Quero aqui me solidarizar com o pessoal da Polícia Civil, que pede socorro, e falar do descaso do governo.

Nós aqui temos evoluído na pauta de negociações e aprovado matérias, como foi a questão dos peritos oficiais, que agradecem o reconhecimento do estado e desta Assembleia. E este é o nosso papel: fazer o debate no Parlamento, como o caso dos delegados que aqui foi citado pelo deputado Mauricio Eskudlark.

Mas temos que ter claro que falta resolver e discutir a questão dos policiais civis de Santa Catarina. Este governo tem tratado o conjunto de seus profissionais na forma de bife: fatiou o boi e tem mandado para cá bife por bife para tentar resolver, mas não construiu uma pauta conjunta no sentido de haver uma perspectiva clara para o conjunto dos profissionais do estado. Um exemplo é o que foi feito na saúde, e falta resolver ainda a questão médica, deputado Jorge Teixeira, que também era uma pauta de compromisso. Assim, é mais um motivo do nosso projeto dos hospitais para

sobrar recursos para também se resolver isso na Saúde.

Então, fica aqui a solidariedade da bancada do PT. Estamos juntos na luta com a Polícia Civil, que vai ficar batendo firme para que também seja atendida. E devo dizer, principalmente, não desistam! Um símbolo disso foi a luta pacífica do Mandela, com 27 anos de prisão, e aqui falado pela deputada Luciane Carminatti.

Quando iniciei o debate de redução dos valores de recursos dos Poderes esse era um tema imbatível, que ninguém podia discutir. E aqui nós já temos discutido os salários pagos nesses órgãos, que são exorbitantes. E é exatamente a constitucionalidade dos tetos que nós queremos e o cumprimento em todos os Poderes sem exceção, porque a Assembleia, hoje, é um exemplo claro de aqui se cumpre o teto constitucional de pagamentos.

O governo do estado mandou o projeto de lei sobre a questão dos peritos e dos delegados, estabelecendo a possibilidade do teto do salário constitucional, e que ninguém mais vai poder reclamar. Mas temos que ter claro que esses valores não poderão ser ultrapassados porque, se não cuidarmos, logo teremos lá também uma série de vícios e condutas no sentido de produzir salário indevidamente, como verificamos no Ministério Público.

Então, fica aqui a nossa saudação aos policiais civis. Gostaria de dizer que podem contar com a bancada do PT, porque a luta é justa, firme e ela tem que ser mantida de pé para se construir uma solução clara para esse segmento que é de fundamental importância.

O deputado Maurício Eskudlark disse que a polícia é importante porque ela está fazendo a segurança antes do caos. Mas quero perguntar o que fazer antes do caos, se a Polícia Civil está um caos por não estar sendo atendida nas suas reivindicações de forma justa, equânime e equilibrada com os demais Poderes? Nada poderão fazer e, então, temos que resolver essa situação, que é de caos, porque, como diz a faixa dos

policiais civis, eles estão no pronto-socorro e nós, médicos, deputado Jorge Teixeira, sabemos o que é um pronto-socorro e uma emergência.

Portanto, esse é um problema que precisa ser solucionado também na forma de uma emergência.

Por isso, a saudação da nossa bancada do PT à Polícia Civil, que pede socorro democraticamente aqui nesta Casa que pertence a vocês. E aqui temos que fazer o debate democrático.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Esta Presidência, atendendo ao requerimento subscrito pelos líderes, suspenderá a sessão por dez minutos, e já que a Ordem do Dia será longa, para conceder um espaço de tempo à sra. Teresa Kleba Lisboa, do Fórum Catarinense de Mulheres.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Com a concordância dos srs. líderes, faremos uma inversão de pauta. Vamos apreciar, primeiramente, as indicações, os requerimentos e as moções a fim de ganhar tempo para, na sequência, entrarmos na votação das demais matérias.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0809/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0810/2013 e 0820/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0811/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0812/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0813/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0814/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0815/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0816/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0817/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0818/2013 e 0819/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; e 0821/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.284/2013, 1.285/2013 e 1.293/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.286/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 1.287/2013, 1.288/2013, 1.289/2013, 1.290/2013, 1.291/2013 e 1.292/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.294/2013 e 1.295/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.296/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.297/2013 e 1.302/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.298/2013, 1.299/2013 e 1.300/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.303/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.304/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 1.240/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini e outros, que requer regime de prioridade para apreciação do Projeto de Lei Complementar n. 012/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.301/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que requer regime de prioridade para a tramitação do Projeto de Lei n. 0448/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0122/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao poeta e escritor Júlio Cesar Bridon dos Santos e à artista plástica Arlete Trentini dos Santos, manifestando aplausos pelo conjunto de suas obras, fazendo arte a partir

das palavras e contribuindo para a educação e cultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0123/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara Federal e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio à derrubada do veto presidencial ao PLC n. 0098/2002.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0108/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos atendimentos clínicos e cirúrgicos realizados pelos mutirões de cirurgias eletivas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência informa que teremos para deliberar ainda hoje dois vetos que foram retirados da pauta de ontem, mas que ainda estamos com quórum baixo, deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Eu consulto v.exa. se está incluída na pauta do dia de hoje a emenda constitucional que prevê a impositividade, de sua autoria inclusive, sobre o Orçamento Regionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Não está na pauta de hoje e vamos tratar de incluí-la na próxima semana, deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - É importante, porque há o cronograma de votações necessárias, sendo que entre a primeira votação e a segunda votação tem que haver o interstício de cinco sessões, sr. presidente. E esta matéria é de suma importância para este Parlamento, é lógico liderado por v.exa. que foi o autor da proposta, e que depois teve um substitutivo global proposto pela comissão de Finanças e Tributação.

Por isso, esperamos que essa matéria possa vir a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Está perfeito! Vamos tratar de incluí-la na Ordem do Dia das próximas sessões.

Acho que já estamos com quase a totalidade dos parlamentares em plenário e solicito àqueles que eventualmente ainda não tenham deixado os seus gabinetes que desçam porque vamos, neste momento, iniciar as votações.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0898/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0161/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de seqüela grave advinda de queimaduras e adota outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, até para contribuir com o deputado Dado Cherem, quero dizer que como essa é uma matéria muito importante e ainda estamos com quórum baixo neste instante, solicito a v.exa. que passe essa matéria para o final da Ordem do Dia, quando teremos um quórum melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Aceito o encaminhamento e passaremos a matéria para o final da votação.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.158/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0004/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que estabelece a política estadual para compras governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/SC.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, conversamos ontem com o líder do governo, deputado Aldo Schneider, e temos muitas dúvidas com relação ao veto e por que a matéria foi vetada. É um projeto que trata das compras públicas, quando o governo compra produtos para a alimentação escolar e outras formas de abastecimento da economia solidária, e o gasto já está sendo feito. Mas na matéria estamos propondo que o governo priorize essas compras e o projeto foi vetado.

Então, estamos fazendo um diálogo com o líder do governo, com o Executivo, e peço a v.exa. que retire essa matéria da pauta para votá-la em outro momento. E, inclusive, porque hoje estamos com muitos pontos a serem discutidos na Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, com referência à colocação do deputado Dirceu Dresch, quero dizer que há por parte do governo interesse de fazer um encaminhamento diferenciado no sentido de que venha do Executivo, eminente deputado Dirceu Dresch, a proposta para que se possa retirar, se v.exa. permitir, da pauta da Ordem do Dia, neste momento, este veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Determino a retirada da referida matéria da pauta da Ordem do Dia para a inclusão na próxima terça-feira, deputado Aldo Schneider?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Nós precisamos de um pouco mais de tempo, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. deverá comunicar, então, o momento em que pudermos incluir esta matéria na pauta da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0501/2013, de procedência governamental, que dispõe sobre o subsídio mensal dos procuradores do estado e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, o PL n. 0501/2013 nada mais é do que a

revisão do subsídio mensal dos srs. procuradores do estado. Houve uma ampla discussão nas comissões temáticas desta Casa e em todas elas foi aprovado por unanimidade.

Então, a orientação do governo é para que votem o projeto conforme se encontra com v.exa., sem o acatamento de emendas.

Seria isto, sr. presidente!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A bancada do Partido dos Trabalhadores está liberada para votar esse projeto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0042/2013, de procedência governamental, que altera a Lei n. 6.153, de 1982, e a Lei Complementar n. 318, de 2006, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda aditiva e emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, anteriormente, através de um pela ordem, porque temos requerimento de votação de destaque de duas emendas a este PLC, eu pedi, porque sei que é possível fazer das duas formas, que discutíssemos primeiramente os destaques às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em bloco, deputado?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu acho que em bloco ficaria difícil, até porque há incompreensões diferentes a respeito de uma ou de outra emenda.

Gostaria de pedir vênua a v.exa. para que possamos fazer o destaque. São apenas duas emendas e eu exponho, rapidamente, o conteúdo de cada uma, sendo que para isso precisaríamos votar em separado cada uma das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu somente gostaria de promover um acordo de líderes. Como temos vários projetos e várias emendas para serem destacadas, nós teremos que estabelecer e acordar aqui um mesmo tempo para não promover injustiça a nenhum parlamentar, alertando, evidentemente, para o tempo que poderíamos levar para votar todas as matérias. A sugestão seria dois minutos para o destaque.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A sugestão, sr. presidente, seriam cinco minutos para o destaque. Não há muitas emendas. Seriam cinco minutos para que tenhamos tempo suficiente para debater esse tema.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, três minutos seriam suficientes.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - O Regimento permite quanto tempo, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Pelo Regimento, nós podemos chegar até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Então, cinco minutos são suficientes, para não ferir o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Então, v.exas. concordam que sejam cinco minutos?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu ainda continuo com a tese dos três minutos, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vejo que o deputado Padre Pedro Baldissera propõe cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Entre dois e cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vamos, então, acolher a sugestão do reverendo, quatro minutos. Portanto, os deputados terão quatro minutos para a discussão das emendas.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, é aí que está a questão, porque temos duas emendas ao PLC n. 0042/2013. Uma, à folha 21 do PLC, trata da questão do momento da antiguidade para efeito de promoção. Eu sei que é muito complexo para os não-militares, mas a legislação até hoje diz o seguinte: à antiguidade vale a data da promoção. E o PLC n. 0042 está mudando e dizendo que a partir de agora será o seguinte: a antiguidade para efeito da carreira futura e a data da formatura no curso. Isso tem uma alteração que, a nosso ver, *à priori*...

Então, a nossa proposta na folha 21 é suprimir esse inciso e o que faria permanecer é a regra atual, que é a data da promoção para efeito de antiguidade.

Daí, eu queria pedir para v.exa. votar agora o destaque relativo à folha 21 do PLC n. 0042/2013.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, seguindo a orientação e o acordo com todos os partidos que compõem a base do governo, eu sugiro e determino, em nome do governo, que recusem a emenda do eminente deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação nominal, porque se trata de lei complementar.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A bancada do Partido dos Trabalhadores vota a favor dessa emenda.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - A orientação do governo é votar 2, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - A bancada do PSD vota contra a emenda, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação o destaque.

Os srs. deputados que votarem "sim" acolhem a emenda e os que votarem "não" rejeitam a emenda.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	abstenção
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 20 votos "não", 8 votos "sim" e uma abstenção.

Está rejeitada a emenda.

Em votação as emendas modificativas ao PLC requeridas em destaque pelo deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, nós estamos defendendo, agora, a emenda que fizemos ao PLC n. 0042 na sua folha 23, que trata do comportamento para efeito de promoção.

Esse PLC n. 0042 - e até, de repente, foi ruim não discuti-lo antes - é muito importante para todos os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, estabelecendo uma nova modalidade de promoção, que é por antiguidade. Aos 12 anos promoção a cabo e aos 20 anos promoção a terceiro-sargento. De forma que não teríamos mais policiais ou bombeiros militares com mais de 12 anos na mesma graduação, e 12 anos iria a cabo e aos 20 anos iria a terceiro-sargento.

Evidentemente que tem que cumprir requisitos. Um deles é estar trabalhando, estar na ativa, e o outro é estar no ótimo comportamento, que é a regra anterior e, aliás, específica para uma única promoção e para essa de antiguidade existente até então com a quantidade de vagas limitadas para aqueles policiais bem antigos, já chegando a 30 anos de serviço. Até recentemente infelizmente era assim.

Como agora essa vai passar a ser a principal modalidade de promoção de praças, a que vai promover a quantidade maior de praças a partir da aprovação desse PLC, nós consideramos que é mais uma modalidade de promoção.

Então, ela precisa seguir a regra geral de comportamento. E a regra geral de comportamento para todos os militares estaduais, para todas as graduações e, inclusive, em comparação, também para todos os postos, é estar no bom comportamento.

Nós achamos que seria ruim que só para esta modalidade, que é aquela que vai promover a maioria, que são aqueles estão na linha de frente, cabos e soldados lá na ponta atendendo a população... Portanto, mais sujeitos a cometer alguma falha administrativa que leve à punição.

É muito fácil sair do ótimo comportamento, bastam duas repreensões, bastam duas falhas das mais leves e cai do ótimo comportamento para o bom comportamento. E demora mais quatro anos para voltar para o ótimo comportamento.

Então, nesse sentido, peço aos nobres pares deputados e deputadas que possamos aprovar esta emenda garantindo que as promoções na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiro serão todas realizadas no critério comportamento. Todas no bom comportamento a todos os postos e a todas as graduações no bom comportamento. E estabelecendo, a partir de hoje, uma regra de isonomia a todos os militares estaduais neste quesito: o comportamento para ser promovido. No bom para todos, e não no ótimo como se pretende, exclusivamente, para os cabos e soldados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a Bancada do Partidos dos Trabalhadores vota "sim" nesta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" acolhem a emenda os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Encerrada a votação.

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim" e nenhum votos "não".

Esta aprovada a emenda.

(Palmas)

Em votação o Projeto de Lei Complementar n. 0042/2013, com as emendas acolhidas e com a emenda aprovada pelo plenário na última votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais pares deputados e sras. deputadas, quero agradecer, sensibilizado e emocionado, a votação anterior por unanimidade, o que mostra uma vontade coletiva e unânime deste Parlamento, e que é a vontade da imensa maioria desses policiais e bombeiros militares de Santa Catarina. Quero repetir, dos policiais e bombeiros militares de todos os postos e de todas as graduações. É a vontade da maioria ter essa igualdade nesse quesito. Também era a vontade de autoridades do governo nesse sentido.

Portanto, quero agradecer muito pela votação que tivemos até agora e dizer que agora o projeto é isso, é o projeto mais importante que tramita este ano para os militares estaduais aqui nesta Assembleia. Porque nós não teremos, estando no bom comportamento, estando trabalhando, policiais e bombeiros com mais de 12 anos de serviço na mesma graduação. E esse é um avanço imenso às instituições militares de Santa Catarina.

De forma que quero agradecer a todos os policiais e bombeiros militares e dizer que essa é uma luta antiga, de 12 ou 13 anos da Aprasc.

Também quero agradecer a todos os militares estaduais; aos companheiros praças que estão aqui em nome da Aprasc e aos outros praças que estão em defesa desse e de outros interesses; e aos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro, por estarem, neste momento, assentindo que possamos ter esse avanço fundamental para o enriquecimento da segurança pública no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente, e eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.
Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Temos 35 votos "sim" e nenhum voto "não", sendo que o excelentíssimo sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do deputado Manoel Mota votando a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim totalizam 36 votos "sim."

Está aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar n. 0042/2013.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0046/2013, de procedência governamental, que fixa o subsídio mensal dos integrantes do Grupo de Segurança Pública - Polícia Civil, Subgrupo Agente da Autoridade Policial, conforme determina o § 9º do art. 144 da Constituição da República e o art. 105-A da Constituição do Estado e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. é subscritora do destaque. É para encaminhamento do destaque, deputada Ana Paula Lima?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento, a sra. deputada Ana Paula Lima.

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, esperamos que todos também sejam favoráveis a essa emenda para a

Polícia Civil, que faz também um excelente trabalho de segurança no estado de Santa Catarina.

Quero aqui, srs. deputados, lamentar que os policiais civis da base tenham sido discriminados em todo o processo de discussão de sua carreira. A todo momento estiveram neste Parlamento, fizeram inúmeras ações na comissão de Segurança Pública desta Casa, na comissão de Constituição e Justiça e em audiência pública visando à abertura do diálogo entre a representação dos policiais civis e também o governo do estado. Mas, infelizmente, tendo em vista a insensibilidade total de todos os interlocutores com o governo do estado, não atenderam, pelo menos para diálogo, a representação dessa categoria.

O nosso destaque visa garantir um pouco mais de dignidade aos profissionais, nada mais do que isso. E é um destaque, que isso já é garantido em lei, mas precisa estar também no corpo desta lei, que é a manutenção do adicional noturno e promoção de pós-graduação, que são direitos constitucionais que estão sendo usurpados dos policiais civis do estado de Santa Catarina.

Creio que o governo, srs. parlamentares, está criando um problema para si mesmo: pagar o mesmo salário para quem trabalha de dia e para quem trabalha de noite. E nós não vamos ter, inclusive, policiais civis de Santa Catarina que queiram fazer o trabalho noturno, se não tiverem um adicional noturno para exercer essa tarefa.

Defendemos também a mudança do calendário de pagamento, já que são policiais civis que ficaram com os menores salários, e é justo que recebam os reajustes antecipadamente, como o de outras categorias que aqui nós estaremos votando hoje.

Então, é nada mais do que isso nesse destaque, nessa emenda, e eu peço a abertura do painel, sr. presidente, para que seja registrada a votação dessa emenda feita pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Para votarmos em bloco, então, as emendas,

deputada Ana Paula Lima, eu determino a abertura do painel.

Em votação o destaque, com as emendas defendidas pela deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Aldo Scheneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Conforme entendimento da base do governo, o voto é "não", sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 10 votos "sim" e 23 votos "não".

Estão recusadas as emendas.

Em votação o Projeto de Lei Complementar n. 0046/2013.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero lamentar a não adequação dessa emenda ao projeto. Mas a bancada do Partido dos Trabalhadores, mesmo não acatando a emenda que ia beneficiar essa categoria tão importante da segurança pública, votará a favor do projeto.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero somente registrar, sr. presidente, o meu voto, que foi favorável à emenda ao projeto dos policiais civis, e claro, agora, com referência ao projeto, também será.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 36 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada em primeiro turno a referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0502/2013, de procedência governamental, que altera critério e cálculo, extingue e institui as gratificações que menciona e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas, emenda supressiva e emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Segurança Pública.

Este projeto também tem requerimento de destaque.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Neodi Sareta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, são emendas diferentes. Teremos que votar em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Temos, primeiro, uma supressiva ao inciso I do art. 11 do PL 0502/2013.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero chamar a atenção da emenda supressiva que

apresentamos ao inciso II do art. 11 do Projeto de Lei n. 0502/2013.

Essa emenda tem como objetivo suprimir esse artigo e não fazer nenhuma diferenciação entre celetistas e estatutários, porque todos são servidores do estado. São 47 servidores do Inmetro celetistas contratados, antes da promulgação da Constituição de 1988, os quais não vão conseguir, se aprovarmos a lei como está, acessar a carreira e também receber adicional de produtividade. E já há, presidente, julgada na Primeira Vara de Trabalho de São José uma decisão judicial que mantém esse entendimento. Então, os servidores celetistas não podem ser prejudicados.

Portanto, parece-me que, aprovando da forma como está, esses 47 servidores correm o risco de perder o cargo, a função pública.

Assim, o nosso requerimento é no sentido da garantia do emprego e da carreira também aos celetistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Vamos votar os destaques em separado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - A orientação do governo, sr. presidente, é não acatamento das emendas. Voto 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- É lei ordinária, não é lei complementar.

Portanto, em votação a emenda.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

A Sra. Deputada Luciane Caminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CRAMINATTI - Sr. presidente, não é possível fazer a votação no painel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- É possível. Havendo a solicitação, podemos determinar.

Em votação.

Agora sim, deputado Aldo Schneider, quem for favorável à emenda vota "sim" e quem for contrário vota "não".

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - A orientação do governo é voto 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 11 votos "sim" e 25 votos "não".

Está rejeitada a emenda.

Srs. deputados, temos um destaque de emenda modificativa ao art. 7º do PL n. 0502/2013.

Em votação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Nós apresentamos a emenda modificativa ao art. 7º e ao art. 9º. O art. 7º trata do cronograma de pagamento da gratificação, sendo que o governo joga para o pagamento para daqui a dois anos. Nós estamos alterando, propondo 0.35% a partir de janeiro de 2014, 0.35% a partir de julho de 2014, e 0.30% a partir de janeiro de 2015.

Eu quero chamar a atenção de que o que governo está fazendo é garantir que o próximo governador seja um verdadeiro pagador de promessas, porque é muito simples este governo fazer a promessa e o próximo governo pagar. Parece-me que este governo tem que se comprometer no prazo do seu governo a pagar essa gratificação a todos os servidores. Portanto, nós apresentamos esta emenda alterando o cronograma para que termine até 1º de janeiro de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - O seu destaque é modificando o art. 7º e o art. 9º.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - E o art. 9º trata da garantia das perdas inflacionárias,

uma vez que o valor da gratificação absorve vários benefícios, mas eventuais reajustes são excluídos.

Então, nós entendemos que os servidores não podem, em três anos, amargar as perdas inflacionárias. Isso não significa ganho aos servidores públicos. Portanto, alteramos o art. 9º, garantindo que os servidores tenham o reajuste do período das perdas inflacionárias.

Também solicito a votação em painel, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Destaque idêntico ao apresentado por v.exa. e sua bancada foi apresentado pelo deputado Gilmar Knaesel.

Nós concedemos também o tempo para o deputado Gilmar Knaesel fazer o encaminhamento para depois votarmos os destaques.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - É importante prestarmos um pouco de atenção, porque entendo que, do grupo de projetos que tramita nesta Casa, este é o mais emblemático e problemático, pois se trata de servidores que ao longo de tantos anos foram esquecidos quanto aos reajustes salariais. Desde 2003 acompanho a luta desses servidores que iniciou na secretaria de Turismo, depois foi para a Fesporte e estendeu-se a várias secretarias de estado e chegou a 12 secretarias, um movimento que uniu os servidores ao longo desses anos no sentido da busca da isonomia, da gratificação de produtividade já estendida a outros servidores e a outras secretarias.

Essa jornada é longa. Em 2006, conseguiram o primeiro avanço, e foi concedido o percentual de 15% dessa produtividade. Em 2010, houve uma complementação de mais 45%, dividida em duas parcelas, chegando a 60% dos 100%, que é o limite máximo.

Ao logo desses últimos anos todos acompanharam a mobilização desses servidores. De forma educada e democrática visitaram todos os deputados, expondo a sua situação em busca de solidariedade e parceria para que buscássemos junto ao Executivo a complementação dessa gratificação.

Acho que todos os deputados são conscientes e de forma correta buscaram informações com esse grupo de servidores. O governo, enfim, encaminhou a proposta. O Projeto de Lei n. 0502/2013 integraliza essa gratificação, ou seja, complementa os 100%. É uma vitória, uma conquista, um sonho realizado, mas qual é o problema? O problema é no cronograma de pagamento, quando o governo propõe o pagamento dessa complementação em três parcelas, agosto de 2014, agosto de 2015 e agosto de 2016. E o mais grave ainda é o art. 9 que penaliza no sentido de que, se houver alguma reposição de inflação nesse período, ele será abatido dessa gratificação. Então, os servidores terão ainda essa perda, se o governo por alguma razão repuser a inflação.

O relator, deputado Marco Vieira, junto com o líder do governo, deputado Aldo Schneider, tentou nesses últimos dias demonstrar esse problema no sentido de buscar antecipar esse calendário. O governo alegou que não pode antecipar o calendário, porque inclui também outras instituições, autarquias e fundações que não estavam nas 12 secretarias iniciais, mas seria também justo que os demais segmentos tivessem a integralização dessa produtividade. E aí houve, na verdade, o aumento excessivo do custo mensal.

Mas faço um apelo, porque acho que é possível haver um esforço no sentido de que as emendas destacadas pela bancada do PT e por este deputado pudessem ser revertidas e aprovadas agora em plenário, uma vez que não foram aprovadas no momento da votação da comissão porque havia o vício de origem, segundo o relator. Enfim, não havia o consentimento por parte do governo por causa do fluxo de caixa. Mas é uma questão de justiça a esses servidores que são tão importantes também, para qualquer governo, na área administrativa e técnica, e que dia a dia também estão trabalhando para que o governo possa implantar as suas políticas nos diversos órgãos do governo.

Então, fazemos um apelo para que possamos reverter em plenário as nossas emendas.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Em nome do governo, conclamo a base do governo para o não acatamento das emendas propostas pelos srs. parlamentares, haja vista que o Tesouro não suportaria nesse momento arcar com essas despesas.

Então, a recomendação do governo é votar 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação os destaques que pretendem modificar o art. 1º...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Vamos votar um destaque por vez?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Nós votaremos em separado o art. 7º e o art. 9º e ainda temos uma emenda modificativa ao art. 1º, proposta pelo deputado Gilmar Knaesel.

Em votação a emenda supressiva ao art. 9º e a emenda modificativa ao art. 7º.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Indicamos o voto 1, "sim".

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, conclamo a nossa base a votar 2, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "não" e 15 votos "sim".

Estão rejeitas as emendas.

Em votação a Emenda Modificativa ao art. 1º, proposta pelo deputado Gilmar Knaesel.

Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, por orientação da nossa base, voto 2!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Tivemos 16 votos "sim" e 18 votos "não".

Está rejeita a emenda.

Por último, em votação mais um destaque de Emenda Modificativa ao art. 3º.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, o art. 3º prevê que fica instituída a gratificação de produtividade a ocupantes nos cargos de analistas técnico em gestão de promoção educacional, lotados na secretaria de Estado da Educação e na Fundação Catarinense de Educação Especial.

Há uma injustiça histórica sendo praticada em Santa Catarina, especialmente em relação aos assistentes técnicos pedagógicos e aos especialistas da educação.

Nós temos, inclusive, tramitando, nesta Assembleia Legislativa, dois projetos de lei de nossa autoria. E temos dialogado com os deputados, Jean Kuhlmann e José Nei Ascari, que são relatores, para que possamos corrigir essas injustiças históricas em relação aos especialistas educacionais, técnicos pedagógicos.

E agora nesse projeto está a grande oportunidade de resolver isso, porque instituir apenas para quem está lotado nesses dois órgãos e apenas para essas duas categorias perpetua a injustiça.

Portanto, sr. presidente, essa emenda resolve esse problema histórico corrigindo isso e evitaria, inclusive, de nós precisarmos tramitar outros dois projetos de lei de nossa autoria.

Por isso, pedimos o voto a esta emenda que corrige esse problema, modifica e aperfeiçoa esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- V.Exa. requer a votação no painel?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sim, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- A votação será nominal, no painel eletrônico.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, da mesma maneira, recomendamos o voto 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 13 votos "sim" e 22 votos "não".

Está rejeitada a emenda.

Em votação o Projeto de Lei n. 0502/2013, de origem governamental, que altera critério de cálculo, extingue e institui as gratificações que menciona e estabelece outras providências.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero apenas destacar que o projeto não contemplou tudo aquilo que era reivindicação dos servidores do quadro público do governo do estado de Santa Catarina.

Mas, o governo de estado está corrigindo uma distorção que existia principalmente aos que estavam lotados em atividades lá nas secretarias Regionais, mais precisamente na gerência de

Educação, que percebiam até então 30% de gratificação, enquanto aqui na sede eles recebiam 60%.

Então, conseguimos corrigir esse processo passando todos eles para 100% de gratificação.

Portanto, parabéns ao governo pela iniciativa porque faz justiça àqueles servidores que estão lá na ponta fazendo o mesmo serviço que se faz aqui na secretaria sede.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, lamento não termos conseguido aprovar as nossas emendas de destaque em conjunto com a bancada do PT. Mas quero dizer que houve um avanço, e não podemos deixar de reconhecer isso, que é a vinda da gratificação, da integralização.

Há também uma emenda que foi acostada através desse trabalho que foi feito de sensibilizar o governo, que permite que o mesmo possa, tendo fluxo de caixa suficiente, antecipar esse cronograma. Agora resta esperar efetivamente que o governo se sensibilize, o Poder Executivo, e cumpra essa possibilidade de antecipar o cronograma que está previsto no artigo que foi acostado.

Jamais votei contra reajuste de servidor público nesta Casa. Sou servidor público de carreira, mas, com o coração dividido, voto favorável à matéria.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, realmente o governo conseguiu separar as categorias com os inúmeros projetos que mandou para esta Casa.

Nós acompanhamos durante muito tempo a mobilização e a organização de servidores de 12 secretarias que estiveram neste Parlamento durante muito tempo visitando, se não me engano, os 40 gabinetes desta Casa. Os conhecidos como amarelinhos eram vistos todos os dias há meses aqui nesta Casa - e, infelizmente não foram contemplados - defendendo a valorização do seu trabalho. E eles precisam ser ouvidos e faço aqui um pedido muito especial ao líder de governo, deputado Aldo Schneider, para que, da mesma forma que foram ouvidas as outras categorias, se possa fazer um canal aberto com o governo de estado para que esses servidores dessas 12 secretarias que não foram contemplados possam ter, pelo menos, um diálogo e um canal de negociação para serem valorizados juntamente com aqueles que lá trabalham.

Então, eles merecem, sim, ser reconhecidos. Votamos com o coração dividido nesse projeto, porque todos os dias estavam aqui. Mas, sr. líder do governo, esta Casa pode ainda apreciar projeto dessa natureza, e tem que vir, sim, para fazer essa correção que não foi feita, infelizmente, no PL n. 502.

Portanto, não precisamos esperar seis anos, conforme esperaram algumas categorias que estiveram aqui presentes.

Por isso, a orientação para a bancada do PT é voto "sim", com ressalvas.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, com relação ao Projeto de Lei n. 0502/2013, que altera critério de cálculo, extingue e institui gratificações, é preciso reconhecer a luta histórica dos servidores e dizer que, lamentavelmente, a categoria do Magistério, que é composta de 64 mil servidores, não foi lembrada por este governo e amarga a não existência de nenhum tipo de gratificação nova na

renumeração desses trabalhadores. E sabemos que a luta do Magistério catarinense é para que nós tenhamos plano de carreira, piso e salário decentes.

Mas não poderia deixar de destacar que o governo divide as categorias e com isso consegue governar melhor. Mas também quero chamar a atenção dos servidores que aqui serão beneficiados para que ajudem a fazer a luta para aqueles servidores que nada receberam e que possam receber a solidariedade e o companheirismo de classe dos demais servidores.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação o projeto.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Agora, deputado Dado Cherem, como v.exa. havia solicitado, vamos incluir e colocar em apreciação a Mensagem n. 0898/2013.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0898/2013, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0161/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de sequela grave advinda de queimaduras e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, quero fazer um apelo, respeitosamente, aos srs. deputados e as sras. deputadas para a derrubada do

veto do governador do estado ao referido projeto de lei de minha autoria.

Quando fiz esse projeto não o fiz do nada, pois tive motivos. O primeiro foi racional e construído com a Sociedade Brasileira de Queimados, em que depois de exaustivas reuniões, cheguei à conclusão de que deveria fazer esse projeto de lei.

O segundo motivo, srs. deputados e sras. deputados, foi a minha experiência como secretário da Saúde e o sentimento paternal de adentrar a uma UTI pediátrica, deputado Volnei Morastoni, e v.exa. é pediatra, e lá enxergar crianças doentes. Apenas o fato de vermos isso já dói o nosso coração.

E ver chegar uma criança queimada dentro de uma UTI, sequelada para o resto da vida, estraçalha os nossos corações. É uma dor que não cessa nunca na vida, é um remorso para um pai e uma mãe que, por um descuido qualquer, deixaram uma criança brincar com uma garrafa de álcool; que, por um descuido qualquer de um empregado doméstico na cozinha, não impediram a criança de derramar uma panela quente de água. Isso não tem preço que pague!

E fiquei surpreso, deputado Silvio Dreveck, e v.exa. foi secretário da Saúde, com os motivos do veto, em que alegaram que o projeto é inconstitucional porque tem vício de origem. Eu não estou pedindo nada, estou propondo apenas que se adeque um atendimento prioritário a essas pessoas.

O terceiro motivo é que me disseram que não há indicação do custeio, não há fonte. Olhem, se eu indico aí que é inconstitucional, estou me envolvendo na competência do Executivo.

O quarto motivo é que diz que é competência da união lidar com seguridade. Eu nunca disse que era, sr. presidente. As equipes estão formadas e por isso estou aqui fazendo esse apelo, respeitosamente, entendendo a posição de cada deputada e deputado. Mas, com certeza, como a deputada Ana Paula Lima trouxe a luta do *crack* aqui para dentro, e é um emblema que tem que ser

combatido; como o deputado Julio Garcia trouxe para esta Casa a questão da Apae; e como tantos outros deputados trouxeram aqui as suas lutas, essa é uma luta que não pode ser esquecida pela frieza da palavra inconstitucional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, é louvável a iniciativa do deputado Dado Cherem e concordo em todos os aspectos com a manifestação do eminente deputado. Realmente entendo que o pedido de inconstitucionalidade desse projeto por parte do governo tenha sido um equívoco, mas eu, na condição de líder do governo, tenho que fazer o meu papel, que é dizer que o governo veta totalmente o projeto exatamente pelos motivos já enumerados pelo deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu entendo que esse projeto é de muita importância para Santa Catarina, sobretudo para os pacientes queimados catarinenses. O PSD vota pela derrubada do veto, portanto, com o projeto do deputado Dado Cherem.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a orientação da bancada do Partido dos Trabalhadores é para a derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	

DEPUTADO VALMIR COMIN não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI não

Está encerrada a votação.

Temos 01 voto "sim" e 32 votos "não"

Está derrubado o veto.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, agradecemos a consideração de toda esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Parabéns, deputado Dado Cherem!

(Palmas das galerias)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0503/2013, de procedência governamental, que altera critério de cálculo da gratificação que menciona e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço, e de Segurança Pública.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda aditiva e emenda modificativa.

Este projeto também recebeu pedidos de destaque. O primeiro destaque é da emenda modificativa aos arts. 5º e 6º, incisos VII, VIII, IX, X e XI.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós temos uma emenda modificativa do art. 5º e uma emenda supressiva do art. 7º. É isto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Não! Este é um projeto. Tenho aqui outro

projeto, que é da bancada do Partido dos Trabalhadores, que possui emenda modificativa aos arts. 5º e 6º, incisos VII, VIII, IX, X e XI.

Para encaminhamento de votação, concedo a palavra a v.exa., deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós fizemos essa emenda ao Projeto de Lei n. 0503/2013 porque nas referidas propostas pretendem congelar várias vantagens já adquiridas pelos servidores no decorrer de suas respectivas carreiras, que tinham vinculação com o piso de vencimento, vencimento próprio, cargos em comissão, outras verbas salariais, desvinculando tais vantagens dos patamares originais e permitindo a majoração apenas quando ocorrer revisão geral das remunerações.

Tal proposição fere o direito adquirido dos servidores atingidos por ele e, além disso, o próprio governo, que propôs a lei de política salarial anual, está revogando a vigência do art. 1º da Lei n. 15.695/2011, pois não pretende fazer revisão anual dos salários.

Então, como vamos ter congelamento de salário, a proposta inicial do governo é pagar durante três anos, em 2014, 2015 e 2016. E estamos propondo aqui para janeiro 2014, julho de 2014 e janeiro de 2015 para fazer justiça com outras categorias que tiveram a recuperação salarial nestas três etapas.

Portanto, esta é a nossa proposta, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sr. deputado, v.exa. defendeu o destaque das emendas modificativa ao art. 5º e supressiva ao art. 7º.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sim, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, antes de fazer esse encaminhamento, quero dizer que parece que está havendo algum equívoco. Quem está fazendo a manifestação neste plenário não é o deputado Aldo Schneider, mas o líder do governo. E se eu aceitei o convite do sr. governador é sinal de que concordo ou pelo menos discuto amplamente antes de os projetos chegarem a esta Casa. Em muitas coisas nós conseguimos evoluir, em outras não.

Então, quero deixar claro e registrado nos Anais desta Casa que a minha manifestação, como líder do governo, não é do deputado Aldo Schneider e sim do governo.

Portanto, quero cumprimentar o deputado Dado Cherem por esse extraordinário projeto que fez, mas não poderia tomar outra atitude que não fosse essa, porque, caso contrário, vou ao gabinete do governador e entrego a liderança do governo. Não consigo fazer mais ou menos, ou faço bem feito ou não preciso aceitar essa função.

Então, quero que este Parlamento entenda que a minha função aqui é a de líder e que estou representando o sr. governador, o sr. vice-governador e o governo como um todo. Cada deputado ou deputada tem a prerrogativa dos seus mandatos. V.Exas. votem como entenderem. Obviamente quem puder seguir a orientação do governo, agradeço, pois este é o meu papel.

Assim, somente gostaria de deixar isso claro, até porque daqui a pouco estão confundindo a posição do deputado Aldo Schneider com a posição do líder do governo.

Era isto que gostaria de registrar!

Quanto ao encaminhamento, sr. presidente, voto 2, conforme orientação do governo do estado, porque foi acordado amplamente nas discussões nas comissões.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação o destaque que pretende modificar o art. 5º e suprimir o art. 7º.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" acolhem a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "não" e 08 votos "sim", sendo que o excelentíssimo sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do deputado Antônio Aguiar votando contra esta emenda fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim totalizam 26 votos "não".

Está rejeitada a emenda.

Deputado Dirceu Dresch, a outra proposta é uma alteração de v.exas. que pretende modificar os arts. 5º e 6º, incisos VII, VIII, IX, X e XI.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada apresenta essa emenda modificativa ao anexo apresentado pelo deputado Aldo Schneider, que justamente no seu art. 5º trata principalmente da retirada... No caso no art. 6º, fica vedada a percepção da vantagem prevista no art. 1º desta lei por empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, que aí entram todos os trabalhadores e trabalhadoras do Inmetro e outras categorias por servidores adidos ou colocados à disposição do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas e outros.

Nós propomos a retirada desse artigo para que esses trabalhadores possam também ter a sua participação nessa gratificação.

Então, a nossa defesa é nesse sentido da retirada dos arts. 5º e 6º, dos incisos VII, VIII, IX, X e XI do Projeto de Lei n. 0503/2013.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, essa emenda é de extrema importância

também, pois é uma emenda... Devemos rejeitar essa emenda feita pelo líder de governo, deputado Aldo Schneider, porque ela vem em prejuízo ao projeto e aos servidores públicos. Ela proíbe, por exemplo, os servidores celetistas, em especial do Inmetro, como bem frisou o deputado Dirceu Dresch, de receber a gratificação. Eles fazem os mesmos serviços e não vão receber a gratificação. E proíbe ainda os servidores, como, por exemplo, os que atuam nos presídios, em penitenciárias, de receberem acumulando gratificação adicional do exercício de 100%. Essas pessoas trabalham em local de alta periculosidade e recebem essa gratificação.

Então, o governo dá com uma mão, mas tira com as duas.

Por isso que nós pedimos a rejeição da emenda feita pelo líder do governo ao projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação ainda a emenda.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu e a base do governo não acatamos a emenda do Partido dos Trabalhadores e voto 2.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu gostaria de agradecer a todos os srs. deputados e passar a informação - até porque estamos sendo cobrados com relação às alunas da Polícia Militar que entraram com um mandado de segurança no que diz respeito à altura - de que com a ajuda do deputado Joares Ponticelli, da bancada feminina e do secretário da Segurança César Grubba, acabou de ser realizada a votação agora sendo revertido e mantidas essas alunas policiais que estavam em

liminar na escola por questão da altura, e que agora poderão prestar os seus serviços à sociedade catarinense.

Então, faço aqui o registro importantíssimo, porque foi agora a votação no TJ.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputado Kennedy Nunes, quero informar, como já informei a v.exa., deputada Luciane Carminatti, que, por solicitação de v.exa. e de outros parlamentares, na reunião que tivemos hoje de manhã na Casa d'Agronômica, entre todos os chefes de Poder e órgãos, fizemos essa solicitação ao atual presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Barreto Dutra, e ao futuro presidente, Nelson Shaefer Martins.

O desembargador Nelson Shaefer Martins já vinha, juntamente com o desembargador João Henrique Blasi, votando em favor das candidatas, mas, infelizmente, esse não era o entendimento do Tribunal.

Chegando aqui, trouxemos para o secretário César Grubba a orientação que os próprios presidentes Cláudio Dutra e Nelson Shaefer Martins nos passaram. Inclusive, o desembargador João Henrique Blasi também já nos informou que conseguimos, com essa ação empreendida em favor do Parlamento, porque essa era uma preocupação de todos os deputados... E tanto é que votamos aqui em tempo recorde o projeto para reduzir a idade mínima.

Estava-se promovendo injustiça contra 29 candidatas que já estão na academia. E graças a essa ação conjunta, a esse esforço de todos, revertemos agora a posição no tribunal e as 29 candidatas poderão ingressar na Polícia Militar de Santa Catarina.

Portanto, é uma vitória desta Casa, do Judiciário, de todos os chefes de Poder que lá estavam hoje de manhã e, acima de tudo, dessas candidatas e da Polícia Militar que vai conseguir ver ingressando brevemente mais 29 policiais.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero dizer, presidente, que tamanho não é documento. E as mulheres que conquistaram justamente, com muita dignidade e luta, esse direito merecem os parabéns, porque não cabe uma diretriz arbitrária como essa. Nós sabíamos de mulheres que têm 1,64m e não poderiam, então, ingressar na carreira, sendo que até instrutoras têm 1,60m, sendo mais baixas que elas.

Então, quero reconhecer aqui a ação do secretário César Grubba, do nosso presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli, do presidente do Tribunal de Justiça, e dos parlamentares, em nome do deputado Kennedy Nunes. E não poderia deixar de destacar a ação da bancada feminina, em meu nome e em nome das deputadas Dirce Heiderscheidt, Ana Paula Lima e Angela Albino, que persistiu coletivamente e conquistou o direito às mulheres.

Muito obrigada!

(Palmas)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de confirmar o meu voto a favor do projeto do deputado Dado Cherem, que é meritório.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não

DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 27 votos "não" e 9 votos "sim".

Está rejeitado o destaque.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero lamentar essa posição de, mais uma vez,

deixar algumas categorias de fora, como no caso dos trabalhadores celetistas. E, com certeza, vai haver ação judicial, vão cobrar isso e o estado vai ter que pagar.

A segunda questão que a deputada Ana Paula Lima levantou aqui muito claro também... E estava na nossa emenda a questão de valorizar aqueles servidores que, inclusive, vão perder alguns direitos claros do trabalho diferenciado nos espaços como hospitais de custódia e presídios catarinenses. Eles não vão ter mais o resultado salarial diferenciado do trabalho que fazem.

Então, os três anos de congelamento de salário com certeza vão prejudicar, mais uma vez, essa categoria.

Nós não aceitamos que alguém vá receber já no ano que vem toda gratificação e os demais vão ter que esperar três anos com o salário congelado. Isto nós lamentamos muito!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação o Projeto de Lei n. 503/2013.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o PL n. 503/2013 por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0043/2013, de procedência governamental, que altera a Lei n. 6.745, de 1985, a Lei Complementar n. 137, de 1995, a Lei n. 12.568, de 2003, a Lei Complementar n. 254, de 2003, a Lei Complementar n. 381, de 2007, a Lei Complementar n. 447, de 2009, a Lei n. 15.695, de 2011, e a Lei Complementar n. 598, de 2013, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Temos vários destaques. O primeiro é de uma subemenda supressiva para suprimir o art. 15, art. 25 e parágrafos do PL n. 0043/2013.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Primeiro, quero registrar que este projeto é muito ruim. E com a emenda substitutiva global ficou pior ainda o projeto. Então, tentamos, com algumas emendas, melhorar ou mudar esse projeto.

A referida proposta pretende revigorar um dispositivo legal que estava revogado visando convalidar pagamentos que estão sendo feitos de forma irregular desde 2012. Isso é imoral e lamentável, pois é inadmissível que se promovam pagamentos irregulares para posterior convalidação por lei. Ao invés disso, deveria ocorrer apuração da responsabilidade daqueles que autorizaram tais pagamentos, inclusive com ressarcimento ao erário.

(Passa a ler.)

"Art. 15. No mesmo sentido, a presente emenda visa convalidar pagamentos que estão sendo feitos de forma irregular desde 1º de março de 2012", o que mais uma vez lamentamos, pois é inadmissível que se promovam pagamentos irregulares para posterior convalidação por lei. Ao invés disso, deveria ocorrer a apuração de responsabilidade.

Então, está-se pagando, sr. presidente, 50% a mais de gratificação desde 2012, e agora se aprova nessa lei. Por isso que o Projeto de Lei Complementar n. 043/2013 é muito ruim. Um dos artigos é isso.

Portanto, nós propomos, com a nossa emenda, suprimir esse artigo. Essa emenda supressiva é para tirar o art. 15 e art. 25, como substitutivo global.

Então, é isto, sr. presidente, e nós estamos propondo, nesta emenda, a retirada.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Para complementar o encaminhamento, com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, enquanto os servidores públicos da área da educação, saúde e segurança são penalizados nos seus direitos, o governo paga irregularmente outros profissionais e quer agora a anuência deste Parlamento?

Por isso, sr. presidente, quem deveria ser penalizado é quem pagou ilegalmente e não o Parlamento prescrever em lei essa ação.

Então, srs. deputados e sras. deputadas, nós não podemos conviver com isso, pagar dois anos atrás. E nós vamos colocar a nossa assinatura nessa lei?

O encaminhamento de votação, sr. presidente, é para votar "sim" para suprimir esse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação o destaque.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, quero dizer que foi amplamente discutido dentro do governo pelos técnicos, que prepararam esse projeto, e a orientação da base é voto 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não

DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Foram 24 votos "não" e 07 votos "sim".

Está rejeitado o destaque.

Votação do destaque proposto pela bancada do PT de subemenda supressiva aos arts. 30 e 31 e parágrafos do Projeto de Lei Complementar n. 0043/2013.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, por que suprimir os arts. 30 e 31? Srs. deputados, não sei se v.exas. leram o projeto na sua íntegra, mas nele, que eu julgo que é um dos mais importantes desta Casa e que mexe com toda estrutura do serviço público estadual, há matérias que são estranhas a esse projeto de lei.

Ele trata do plano de carreira dos servidores públicos estaduais, e no tapetão, no substitutivo global - que, infelizmente, nós tivemos conhecimento na segunda-feira, no apagar das luzes e, juntamente com o deputado Renato Hinnig, nós pedimos vista ao projeto - feito pelo deputado Marcos Vieira foi-nos revelado matérias estranhas a esse projeto, que são artigos ilegais e imorais que ferem, inclusive, as ações estratégicas do estado. Tratam de matéria orçamentária do PPA e não têm nada a ver com plano de carreira dos servidores públicos. Também tratam, e está fora de questão e o seu conteúdo é passível, inclusive, de ação judicial, de transferência de recursos, tirando recursos dos fundos que nós lutamos tanto para Santa Catarina, do Fundo Social, do Fundo de Cultura, do Fundo de Esportes e do Fundo do Turismo, para o Iprev.

Senhoras e senhores do movimento cultural de Santa Catarina, nossos esportistas, empreendedores do turismo e entidades assistenciais, o governo Colombo está desviando os seus recursos de forma ilegal. É disso que trata também um artigo dentro desse projeto, vai zerar os recursos deste fundo e vai tapar o buraco, futuramente, do Iprev, criado pela incompetência, acredito, da administração. Quem vai pagar essa conta futuramente? São os fundos que têm a finalidade específica, como aqui frisou.

Então, sr. presidente, a supressão dos arts. 30 e 31 desse projeto é que são matérias que não estão de acordo com o teor, como veio no projeto original para esta Casa. São alheias, é orçamento, é fundo e não pode estar no mesmo projeto.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente, e a minha orientação é voto "sim".

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu solicito que a bancada que dá apoio ao governo nesta Casa vote dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados, eu quero fazer um apelo a v.exas. Eu sei que as matérias são importantes, que carecem de discussão, mas nós temos ainda muitas matérias a serem apreciadas e muitos destaques. Temos servidores que estão desde o final da manhã aqui na Casa e temos vários eventos acontecendo. Neste momento, nós já estamos 15 minutos atrasados da inauguração da nossa TV aberta.

Aliás, deputada Ana Paula Lima, deputado Jailson Lima e tantos outros deputados que se envolveram diretamente nessa parceria da nossa Assembleia legislativa com a Câmara dos Deputados, estamos inaugurando hoje. Deputado Volnei Morastoni, e v.exa. iniciou esse sonho, estamos inaugurando, hoje, o canal 61.3. O 61.1 é da Câmara dos Deputados, o 61.2 é do Senado, o 61.3 é da Assembleia Legislativa e o 61.4 é da Câmara Municipal de Vereadores.

Estamos aqui com autoridades de Brasília, inclusive, para este momento importante. Então, se nós pudermos dar um pouco de celeridade, eu agradeço a v.exas.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não

DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "não" e 6 votos "sim".

Está rejeitado o destaque.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, isso é problema do Executivo catarinense, não é problema desta Casa. Nós estamos mexendo com mais

de 100 leis históricas conquistadas pelo servidores públicos.

Então, é difícil. Nós já abrimos mão do nosso Regimento, que diz que são dez minutos para defesa das emendas, já reduzimos para cinco e estamos usando, em média, dois a três minutos por destaque para agilizar o trabalho.

Agora, lamentavelmente, o governo encaminha, mais uma vez, os projetos de última hora, e aí fica difícil. Com tantas agendas aqui nesta Casa é muito difícil nós nos posicionarmos, mas queremos discutir com dignidade os nossos projetos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Votação do destaque da subemenda supressiva aos arts. 18, 21, 22 e 28.

Em votação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Nós apresentamos subemenda supressiva aos art. 18, 21, 22 e 28 por entender que o servidor público estadual tem garantida na Constituição Federal a revisão anual das perdas inflacionárias. E ao apresentar tal projeto de lei da forma como foi apresentado pelo governo essa gratificação não vai garantir o reajuste anual das perdas inflacionárias. Isso significa que em três anos esses servidores poderão ter perdas na sua remuneração em torno de 15% a 20%, supostamente dizendo.

Então, queremos propor a supressão do art. 18 por entender que significa perda aos servidores.

Da mesma forma, sr. presidente, os arts. 21 e 22 pretendem congelar várias vantagens adquiridas e conquistadas ao longo de inúmeras lutas dos servidores, lutas essas, inclusive, sr. presidente, porque na época não garantiam uma remuneração adequada.

Então, foram essas as formas encontradas para garantir que os servidores tivessem uma remuneração mais justa. Tudo isso vai para a lata do lixo e os servidores não terão mais esses benefícios vinculados à sua remuneração.

O art. 28 garante que a proposta em questão pretenda dar liberação do ponto para presidente de entidades sindicais novas que sequer têm registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do ministério do Trabalho, cuja fundação, inclusive, fere o princípio da unicidade sindical.

Então, sr. presidente, este projeto de lei que foi aqui apresentado de um dia para outro - e ontem fizemos a votação nas comissões em conjunto -, embora o líder do governo tenha dito aqui anteriormente que este projeto foi amplamente discutido no governo, não foi amplamente discutido com os servidores estaduais que são os responsáveis pelas políticas públicas que o governo implementa. Portanto, pedimos emendas supressivas aos arts. 18, 21, 22 e 28.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "não" e 6 votos "sim", sendo que o excelentíssimo sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação da deputada Ana Paula Lima votando a favor desta emenda fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim, totalizam 7 votos "sim".

Está rejeitado o destaque.

Ainda da bancada do Partido dos Trabalhadores votação do destaque da subemenda supressiva ao art. 33.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Esta é a última subemenda, sr. presidente, pelo que me consta, e ela vem com a proposta de revogação do § 2º do art. 1º da Lei n. 15.695/2011 que nega a aplicação efetiva da lei da data-base dos nossos servidores públicos do estado. Porque depois de muitos e

muitos anos conseguiram finalmente implantar uma data-base.

Além disso, a proposta pretende revogar a Lei Complementar n. 0043/92, que dentre os dispositivos da lei complementar, no inciso II do art. 1º, está previsto que a relação de valores entre o maior e menor vencimento dos servidores públicos será de até 12 vezes. E com a aprovação do piso - e o piso salarial do estado é R\$ 820,80 e o piso regional, inclusive de 2012, também já é por aí - nós vamos ter um abismo salarial maior ainda com o funcionalismo público.

Então, pode-se chegar até 30 vezes a diferença salarial do maior salário para o menor. Dessa maneira, queremos manter essa legislação, e essa lei revoga esses dispositivos, de haver uma equidade salarial melhor entre as diversas categorias.

Por isso, estamos propondo essa subemenda supressiva. E junto com essa emenda estamos propondo a revogação do art. 197, que pretende revogar o artigo que veda por dez anos, até 2017, a transposição de servidores para as secretarias estaduais da Administração, da Fazenda, da PGE e do Iprev que implique em pagamento de gratificação ou vantagem pessoal.

Assim, está-se revogando também isso. Abre uma porta para perspectiva de transposição. Então, há também nesse projeto a questão da transposição clara. E, pior, o próprio chefe do Poder Executivo é que escolhe quem vai movimentar. Assim, fica na mão do governador fazer toda a movimentação da transposição. E junto com essa questão está clara uma volta da transposição que foi cometida lá atrás por um conjunto de leis.

Então, está claro que dentro desse substitutivo global está inserida a questão da transposição interna no governo e a volta, por exemplo, dos servidores da Educação, do magistério estadual, que estavam em outras áreas, para poderem voltar para suas áreas de origem.

Portanto, sr. presidente, além de tudo, este projeto traz toda a discussão da transposição novamente presente.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Além de toda explicação do deputado Dirceu Dresch, quero dizer que especificamente no art. 33 comete-se um crime quanto aos servidores celetistas do Inmetro, pois 47 servidores do Inmetro, dentre eles doutores, especialistas, por esse artigo são expulsos do Inmetro e podem ser remanejados para qualquer outro lugar, ou por ser celetistas podem ser demitidos.

Então, para corrigir pelo menos essa situação, nós pedimos esse destaque, e que também deve ser defendido pelo deputado Renato Hinnig, porque é um crime que se está cometendo com os servidores do Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Conforme orientação que passa a base do governo nesta Casa, é voto 2, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não

DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 7 votos "sim" e 25 votos "não".

Está rejeitado o destaque.

Requerimento proposto pelo deputado Renato Hinnig e vários parlamentares.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, são duas emendas que estão sendo solicitado destaque, que estão assinadas por este deputado, pelo deputado Silvio Dreveck e pelo deputado Valmir Comin.

A primeira emenda é referente ao art. 28, inciso III, e visa apenas corrigir a redação, já

que houve uma falha no relatório do substitutivo global e a redação correta no inciso III seria: acima de mil servidores filiados, 30h semanais e não 30h mensais como consta do substitutivo global.

E a segunda emenda é no art. 33, que dá uma nova redação à emenda que está colocada no substitutivo global para retirar do texto o § 3º do art. 94 da Lei Complementar n. 381, de 2007, que trata dos servidores do Inmetro para que permaneçam na situação que está estabelecida na legislação atual e não haja nenhuma modificação na sua situação enquanto servidores do Inmetro.

São essas as proposições, sr. presidente!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação à emenda modificativa no art. 28 trata-se de uma questão redacional e que acreditamos que possamos fazê-la com a redação final da lei.

Com relação ao art. 33, quero deixar registrado que essa emenda foi construída de comum acordo com o governo. Não é uma emenda individual dos deputados "a", "b" ou "c". Essa emenda teve a aquiescência e autorização por parte de todo governo, com quem negociamos durante quase 50 dias para a aprovação dessas matérias que ora estamos aprovando. Digo isso até para deixar claro aos srs. deputados que não se trata de uma emenda individualizada desse ou daquele deputado, mas faz parte do conjunto do projeto do governo, até porque o governo concordou em colocar essa emenda no texto do projeto.

Obviamente, recomendo o voto 2.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, na verdade trata-se de celetistas que são contratados por um convênio do governo do estado na época de Pedro Ivo Campos com o ministério da Indústria e do Comércio. São pessoas que encontraram guarida na Lei Complementar n. 381 e que agora estão pedindo a estabilidade funcional na condição de servidor público, sem nunca ter contribuído para o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. Muitos desses recebendo remuneração entre R\$ 25 a R\$ 30 mil.

Ora, o direito de aposentadoria é o Regime Geral de Previdência. E o que eles estão fazendo é requerer a aposentadoria pelo Regime Geral naquilo que lhe cabe, que é do teto de R\$ 4.000,00, e requerer a complementação salarial dentro do governo do estado. E o que o governador está tentando fazer é reparar um erro histórico sob pena de aí, sim, estourar o caixa do Iprev.

Não seria justo nós parcelarmos a gratificação para os servidores, os chamados amarelinhos e amarelinhas do PL n. 502, e dar condição para essas aposentadorias milionárias no estado de Santa Catarina.

Ademais, eles não são pagos pelo Inmetro, não sai nenhum recurso do Inmetro, autarquia de Santa Catarina. O recurso pago é fruto do convênio que ainda perdura do governo do estado com o Inmetro nacional, fruto do trabalho que vem sendo realizado de fiscalização, que é a Fonte 228 do governo federal.

Não tem nada a ver com o governo do estado, tanto que na secretaria de Desenvolvimento Social, que está vinculada à autarquia estadual, já existe processo tentando a vinculação. E a bancada do Partido dos Trabalhadores já tentou, por emenda, estender a concessão da gratificação a esses celetistas por intermédio dos Projetos de Lei n.s 0502 e 0503.

E ainda, sr. presidente, gostaria que v.exa. verificasse qual a emenda que este Plenário acaba de rejeitar de autoria da deputada Ana Paula Lima, se não me falha a memória é exatamente o § 3º do art. 94 da Lei n. 381. E se este Plenário rejeitou

a emenda que foi destacada pela deputada Ana Paula Lima, automaticamente isso fica rejeitado pelo Plenário, não cabe mais a sua discussão e a sua reavaliação. Este Plenário, se aprovar a emenda, estará cometendo um grande crime contra a previdência do servidor público de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, durante toda a semana estou alertando sobre os 11 projetos que estão tramitando, inclusive a PEC do teto, e o que significam para o Iprev de Santa Catarina. Alertei para o rombo que o Iprev vai ter, porque vai incorporar gratificações que nunca contribuíram para Previdência catarinense. Este é o grande drama.

Por isso, precisa haver uma política salarial de contribuição na carreira do funcionalismo público estadual. Há uma grande distorção.

Nós entendemos que não somente os funcionários do Inmetro vão ter que pagar essa conta, mas o conjunto da sociedade catarinense.

Agora, também queria ressaltar que tivemos uma emenda rejeitada da nossa bancada que trata do art. 94, que estão propondo retirar os servidores vinculados ao Inmetro.

Então, queria somente alertar sobre isso e dizer que a nossa bancada também propôs a mesma emenda.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Quero somente esclarecer que eu não criei essa emenda fruto da minha cabeça. Eu fui procurado pelos servidores do Iprev e do Inmetro, que me colocaram a situação. E tomei o cuidado de consultar as pessoas do governo que estão tratando do assunto e em nenhum momento

foi-me colocado qualquer óbice em relação à emenda que propus.

Portanto, eu estou com a consciência tranquila de que estou praticando a justiça com esses servidores, porque caso houvesse todos esses problemas que estão sendo colocados, não tenho dúvida de que os representantes do governo teriam alertado-me a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" são a favor da emenda e os que votarem "não" são contrários à emenda.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim

DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 17 votos "sim" e 14 votos "não".

Está rejeitada a emenda.

Em votação o Projeto de Lei Complementar n. 0043/2013.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais deputados, servidores públicos que se encontram aqui, quero, inicialmente, lamentar junto com os servidores das 12 secretarias que assim se denominam e que deveriam estar contemplados no PL n. 502, assim como os servidores que deveriam estar melhor contemplados no PL n. 503, que são servidores administrativos da secretaria de Segurança Pública, incluindo Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Esses servidores que deveriam estar melhor contemplados no PL n. 502 e no PL n. 503 historicamente são deixados para traz no debate salarial no estado de Santa Catarina. E, para ser muito franco com vários colegas praças aqui presentes, para traz, inclusive, com relação a nós. Imaginem onde estão esses servidores no nível de prioridade do governo do estado?

Quero lamentar pelos servidores das 12 secretarias, lamentar pelos servidores administrativos da Segurança Pública, incluindo a

Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro, por continuarem ficando, historicamente, relegados a terceiro ou a quarto plano no debate salarial.

Com relação ao PL n. 0043, sr. presidente, ele é o pior projeto que estamos votando aqui nesses sete anos que estou no mandato. Faz 23 anos que não passava um projeto de lei tão ruim quanto é o PLC. 0043. Essa sensação de perda dos servidores... Porque tudo pelo que nós lutamos ao longo dos últimos 30 anos em termos de direito, incluindo jornada de trabalho para os servidores militares em 40 horas semanais, está indo para a lata do lixo da história na aprovação do PLC n. 0043. E incluindo um conjunto enorme de outros direitos, como triênio e como progressão, que está indo pela lata de lixo da história.

Eu sei que existem outros projetos que estão vindo em substituição, mas esses direitos que foram conquistados com greves históricas e homéricas dos servidores do estado estão indo embora na aprovação do PLC.

Portanto, três vezes "não" ao PLC n. 0043!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para discutir o projeto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós temos a mesma avaliação do projeto, ou seja, que ele revalida a gratificação, portanto comete uma injustiça na questão administrativa, pois há transposição dentro do projeto. E comete injustiça com os servidores do Inmetro, tira data-base dos servidores públicos estaduais e congela salários.

Por isso, voto contra esse projeto!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, diante de todas essas argumentações,

esse realmente é o pior projeto que foi encaminhado a esta Casa. Ele estava ruim, ficou pior ainda, deputado Renato Hinnig, com a emenda substitutiva global do deputado Marcos Vieira, porque dentro desse projeto colocou matérias que não diziam respeito ao mesmo.

A orientação para a bancada do PT é votar contra esse projeto pela forma como ele tramitou nesta Casa, pelo conteúdo do projeto. E nós não vamos colocar as nossas digitais num projeto dessa natureza. O nosso voto é "não" ao PLC n. 0043/2013!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, para encaminhamento, voto 1.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação o PLC n. 0043/2013.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	não

Está encerrada a votação.

Temos 26 votos "sim" e 6 votos "não".

Está aprovado com emenda em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0504/2013, de procedência governamental, que institui o Programa de Redução de Despesas Correntes, Incremento da Arrecadação Previdenciária e Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa (Pro-Eficiência) na secretaria de estado da Administração (SEA), no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev) e na Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Temos para este projeto um destaque proposto pela bancada do PT que visa modificar os incisos e parágrafos do art. 3º ao PL n. 0504/2013.

Em votação o destaque.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhar a votação do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, nós já votamos aqui esse projeto há seis anos, inclusive com empenho da bancada do PT. O governo do estado entrou com uma ação de inconstitucionalidade a essas gratificações aos servidores, o Pro-Eficiência da secretaria de Administração e Iprev e procuradoria.

Então, nós temos muita consciência do quão é importante esse projeto para os servidores. Foram seis anos de espera. Parabéns pela vitória, não perderam essa luta, mas naquela época, há seis anos, nós já defendíamos nesta Casa esse projeto e, infelizmente, o governo entrou...

Mas, sr. presidente, o nosso destaque deste projeto, até porque a todo momento fomos questionados qual seria a votação do PT, e já defendíamos naquela época que a bancada do PT era a favor, e eles diziam para nós que era a favor sem emendas.

Porém, pasmem, srs. deputados, sras. deputadas e funcionários da Administração, Iprev e procuradoria, que na prorrogação do segundo tempo o líder do governo apresentou uma emenda que discrimina, reduz direitos, cria gratificações, divide a categoria desses servidores. A emenda é lamentável em todos os sentidos. Agora, a tarefa de reduzir despesas é igual para todos, só que a gratificação é maior para poucos e menor para a maioria.

Por isso, a bancada do PT apresentou essa emenda supressiva em rejeição à emenda do deputado Aldo Schneider, porque na forma original do projeto já tinha acordo com todos os servidores dessas secretarias e a bancada foi firme na defesa

do projeto original. E o nosso destaque é para suprimir a emenda do deputado Aldo Schneider.

Assim, mais uma vez, peço destaque para votação no painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Indico para a base o voto 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação o destaque da emenda modificativa dos incisos e parágrafos do art. 3º do PL n. 0504/2013.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "não" e 8 votos "sim".

Está rejeitado o destaque.

Em votação o Projeto de Lei n. 0504/2013.

Os srs. deputado que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, queremos, mais uma vez, manifestar o nosso apoio a esse projeto. E nós temos acompanhado os servidores do Iprev há seis anos acampados aqui, nesta Assembleia Legislativa, da manhã até as 20h ou mais, praticamente morando aqui para conversar com os deputados em defesa do projeto de lei que pudesse atendê-los. E esse projeto atende também servidores da PGE e SEA.

Queria cumprimentar todos os servidores e as servidoras pela persistência histórica, em especial a associação e sindicatos dos funcionários do Iprev, como o presidente do Instituto, Adriano Zanotto.

Queremos dizer que votaremos "sim", mas que lamentamos o projeto que chegou bom, digno de aplauso de todos nós, e de repente, duas semanas depois, o governo mandou uma tesoura para tesourá-lo pela base, reduzindo bastante as vantagens que teriam parte dos servidores do nível básico dentro desses três segmentos.

O nosso voto é favorável à aprovação.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Em nome do meu líder, deputado Dóia Guglielmi, e em nome do meus colegas de bancada, os tucanos, queremos dizer que estamos dando todo apoio a essa matéria desde o início de sua tramitação.

Reconhecemos o esforço e a luta desses servidores ao longo desses anos. A atividade deles é essencial para o estado. Mas quero apenas lamentar que houve um tratamento diferenciado no cronograma de pagamento aos servidores das demais secretarias e parabenizar a conquista desses servidores da Administração, do Iprev e da PGE. E podem contar com o voto da bancada do PSDB!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - A bancada do PMDB vota pela aprovação do projeto, vota "sim".

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, encaminho o voto 1.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - A bancada do PSD vota favorável porque sabe que esse projeto resgata uma dívida de muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação o projeto.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade com o encaminhamento do deputado Darci de Matos.

(Palmas das galerias)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei Complementar n. 0045/2013, de procedência governamental, que fixa o subsídio mensal dos integrantes do quadro de pessoal do Instituto Geral de Perícias (IGP) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva e emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, esse é um projeto meritório, que foi debatido por toda

a categoria, pelo Sindicato dos Peritos. Ele é muito importante, pois é um reconhecimento do governo do estado ao trabalho da Perícia Oficial do Estado. Eu sei que vai ser aprovado por unanimidade, e nada mais é do que o reconhecimento desta Casa a essa categoria tão importante para a Justiça e a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, encaminho voto 1.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim

DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 32 votos "sim" nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

(Palmas das galerias)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0047/2013, de procedência governamental, que fixa o subsídio mensal dos membros da carreira jurídica de Delegado de Polícia, conforme determina o § 9º do art. 144 da Constituição da República e o art. 105-A da Constituição do Estado e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva e emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, encaminho voto 1.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - É um projeto meritório, construído pela associação. Estão aqui presentes o vice-presidente, delegado Mauro Dutra, e também um grande número de colegas. Com orgulho, está é mais uma conquista.

Também quero levar essa homenagem ao delegado Renatão, e desejar que Deus o ilumine, pois está em tratamento médico. Essa foi uma luta e um compromisso. Muitos duvidaram, mas em política pode-se perder a popularidade, mas jamais pode-se perder a credibilidade, e o delegado Renatão sempre teve essa confiança.

Parabéns a todos os delegados de polícia de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente e demais deputados e deputadas, da mesma maneira, quero render a minha homenagem ao delegado Renato Hendges, nosso querido amigo que luta por esse projeto há muitos anos. Desde que me lembro estar nesta Casa, algumas vezes o dr. Renato, o dr. Tomé, o próprio delegado Maurício e mais alguns delegados estiveram no meu gabinete pedindo apoio para que um dia isso se tornasse realidade.

Então, dr. Renato, o senhor não está presente nesta tarde, mas o meu voto é em sua homenagem!

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, quero aproveitar a oportunidade, pois eu sei que o dr. Renato está acompanhando esta sessão, para mandar um abraço, desejar uma ótima recuperação e que volte logo ao convívio dos seus amigos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 33 votos "sim" e nenhum voto "não", em homenagem ao dr. Renato e a todos que fazem parte dessa carreira, sendo que o excelentíssimo sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do deputado Carlos Chiodini votando a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim totalizam 34 votos "sim".

(Palmas das galerias)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 044/2013, de procedência governamental, que fixa o subsídio mensal dos militares estaduais, conforme determinam § 9º do art. 144 da Constituição da República e o art. 105-A da Constituição do Estado e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Este projeto recebeu quatro destaques propostos pelo deputado Sargento Amauri Soares, e, para homenagear o Parlamento e em respeito aos colegas, ele já comunicou que vai encaminhá-los em bloco.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, o nosso mandato fez quatro emendas a este projeto. Este é o projeto que originou a necessidade de todas as outras mudanças, e, inclusive, em benefício desse projeto, originou no governo a necessidade de encaminhar aquele outro, um dos primeiros que votamos na tarde de hoje, que eu disse que era o melhor.

Para adoçar o amargor provocado pela perda de direitos a partir dessa mudança na forma de remuneração dos militares estaduais foi feito aquele projeto de lei de promoção para cabos e soldados. Porque para garantir o subsídio aos militares estaduais, cuja relação e proporção mantêm a diferença e a discriminação entre o menor e o maior salário... E esta é a ressalva, e uma das principais, que a assembleia-geral dos praças faz a este projeto de lei complementar: a diferença entre o maior e o menor salário não diminui, pelo contrário solidifica-se ou amplia-se.

Mas, para que se possa chegar a isso, tivemos a perda de alguns direitos importantes, e um deles foi a jornada de trabalho de 40 horas semanais e 200 horas mensais. E uma das emendas que fizemos foi para estabelecer esse limite. E a condição para o encaminhamento que a nossa categoria fez é que ainda no mês de janeiro o governo discuta uma lei de jornada de trabalho para os militares estaduais de Santa Catarina e remeta-a a esta Casa já no mês de fevereiro do ano que vem. Porque senão será essa uma das bombas a que me referi que existiria na Segurança Pública, caso não haja a redefinição de uma jornada de trabalho em limites proporcionais àquilo que têm todos os demais trabalhadores do serviço público no estado de Santa Catarina.

Portanto, um dos destaques é justamente acrescer até o limite de 200 horas mensais, que é o que vale desde 1995 até hoje: 40 horas semanais com o limite máximo de 200 mensais, e as 200 mensais desapareceram da legislação para os militares estaduais e nossa emenda pretende reinstaurar.

Queremos manter também 1/3 da remuneração para companheiros que depois de aposentados voltam para o serviço temporário de inativos, porque também nesse sentido piorou e tem piorado. Esse projeto tira a remuneração de 1/3 e estabelece uma regra cujo valor pecuniário fica inferior para diversos segmentos dos militares estaduais.

Outra emenda ainda é a da indenização de pós-graduação, que foi instituída com elogios, com glórias aqui neste Poder há meros quatro anos, quando o governo disse que tinha interesse que os servidores da Segurança Pública, policiais e bombeiros, estudassem. E quatro anos depois o governo está suprimindo o direito à indenização de pós-graduação, equivalente a 13% do soldo, o que era até agora. A nossa emenda de destaque propõe restabelecer esse direito e evitar que haja esses prejuízos aos servidores militares estaduais.

Peço, portanto, o voto aos 40 deputados estaduais para estes destaques que acabei de mencionar: manter um limite mensal de jornada, manter a indenização de pós-graduação e manter a remuneração do Ctisp nos valores que estão hoje, que é 1/3 da remuneração. Os critérios estabelecidos a partir de agora na lei alteram para menor para vários segmentos dos militares estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação os destaques propostos pelo deputado Sargento Amauri Soares.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com o encaminhamento de votação aos destaques feito pelo deputado Sargento Amauri Soares, a bancada do Partido dos Trabalhadores concorda, mas, ao mesmo tempo, há muitas preocupações para os praças. E, inclusive, quero agradecê-los pela presença nesta Casa: os que estão fardados e os que não estão fardados.

Mas qual é a jornada de trabalho desses profissionais? Precisamos colocar um limite na lei e por isso esse destaque feito e defendido pelo deputado Sargento Amauri Soares. O limite proposto de 200 horas semanais é o que já preconiza a legislação. Os policiais já vivem momentos de jornadas absurdas e nós não podemos retroceder naquilo que já é um direito dos policiais militares.

Nós temos que manter o adicional noturno e também manter o adicional de pós-graduação, porque é importante a qualificação. O governo, inclusive, sugere que os nossos policiais façam a qualificação, mas é preciso reconhecer esse trabalho.

Por isso, sr. presidente, a orientação da bancada do Partido dos Trabalhadores é votar "sim" aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu oriento a nossa bancada a votar 2, ou seja, a votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação os destaques.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Encerrada a votação.

Temos 23 votos "não" e 7 votos "sim".

Estão rejeitados os destaques.

Em votação em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar n. 0044/2013.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Encaminho voto 1, sr. presidente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu queria dizer, neste momento de votar, que é preciso ver a complexidade disso e o nível de constrangimento a que estamos submetidos. Eu não sei o que votar até este momento no projeto salarial dos militares estaduais, tal o limite de complexidade. Eu não sei o que votar até este momento - e isso já está sendo debatido há seis meses.

Em virtude dos destaques que não foram aceitos, das ressalvas que fizemos ao longo de todo esse tempo e das mudanças muito grandes na legislação salarial dos militares estaduais, neste momento, nos próximos passos até aquela mesa ali, terei que decidir ainda o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Então, decida, que eu vou encerrar a votação, sr. deputado.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	abstenção
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Encerrada a votação.

Temos 31 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção.

Está aprovado o PLC em primeiro turno.

(Palmas das galerias)

Esta Presidência prorroga a sessão por mais uma hora.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, v.exa. vai prorrogar ou convocar outra sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vou prorrogá-la. Aliás, já prorroguei a sessão por mais uma hora.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2013, de procedência do Tribunal de Justiça, que acrescenta o número 11, itens I a IV e respectivas notas na Tabela I - Atos do Tabela, da Lei Complementar n. 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.169, de 2000.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, este projeto estava na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não, esta matéria é extrapauta.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Vamos consultar os líderes, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu suponho que haja acordo.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concordamos, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Então, vamos encaminhar para a votação.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Voto 1, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o PSD também concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima, por ter feito a lembrança.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim

DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 27 votos "sim" e nenhum voto não", sendo que o excelentíssimo sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou as manifestações dos deputados Renato Hinnig e Dado Cherem, votando a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação, e sendo assim totalizam 29 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno o PLC n. 0011/2013.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2013, de procedência governamental, que altera a Lei n. 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A bancada orienta para votarem "sim".

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Encaminho voto 1, sr. presidente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero esclarecer que esse projeto veio de origem do governo e teve uma negociação posterior do líder do governo junto com a deputada Ana Paula Lima e este parlamentar junto ao comando-geral da Polícia Militar, coronel Nazareno Marcineiro, e chegou-se ao acordo das mudanças prevalecerem para os militares estaduais que incluïrem a partir da sanção a esse projeto de lei. E também - e aí a nosso pedido - o aumento do tempo para a aposentadoria compulsória na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar de 57 para 60 anos de idade.

Portanto, voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 27 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado o PLC n. 0032/2013, em primeiro turno.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0037/2013, de autoria da comissão de Saúde, que revoga alínea "g" do inciso II e inclui alínea "i" ao inciso IV, ambos do art. 1º da Lei Complementar n. 459, de 2009, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

Temos aqui uma emenda substitutiva global proposta pelo deputado Darci de Matos destacada em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu gostaria de discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Para discutir, concedo-lhe a palavra, deputado Darci de Matos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, há mais algum projeto extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E houve a concordância de todos os líderes para votarmos este projeto hoje? Eu não tenho conhecimento disto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência retira esta matéria de pauta para incluí-la na próxima sessão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente! Votaremos na semana que vem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Encerramos a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 18h08, para a votação em segundo turno das leis complementares.

Está encerrada a presente sessão.

